

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

**A organização retórico-argumentativa da seção de  
justificativa no gênero textual projeto de dissertação**

Autor: DAMIÃO CARLOS NOBRE JUCÁ

Orientadora: Profa. Dra. BERNARDETE BIASI-RODRIGUES

**FORTALEZA  
Maio/2006**

DAMIÃO CARLOS NOBRE JUCÁ

**A organização retórico-argumentativa da seção de justificativa no gênero textual projeto de dissertação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Bernardete Biasi-Rodrigues

FORTALEZA  
2006

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

---

Damião Carlos Nobre Jucá

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Bernardete Biasi-Rodrigues – UFC  
(Orientador)

---

Profa. Dra. Maria Irandé Costa Moraes Antunes- Universidade Estadual do Ceará  
(1º Examinador)

---

Profa. Dra. Maria Elias Soares – Universidade Federal do Ceará  
(2º Examinador)

---

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante – Universidade Federal do Ceará  
(Suplente)

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar forças para continuar;

Aos meus pais, pela vida e por terem plantado em mim o amor pelos estudos e a perseverança;

À minha orientadora, por ter estado sempre disponível apesar de tantos afazeres, por sua amabilidade e também pelas broncas, tanto no período do curso de mestrado como na época da iniciação científica, de 1999 a 2001;

À professora Dilamar, pela simpatia e pela ajuda decisiva para a composição do *corpus* desta pesquisa;

Às professoras Mônica e Maria Elias, que contribuíram decisivamente para esta dissertação ao participarem da banca que qualificou seu projeto;

Ao colega Valdinar, que me forneceu informações a respeito dos alunos do CMLA da UECE;

A todos os colegas que me enviaram seus projetos de pesquisa;

À minha esposa, por me ter apresentado o Curso de Letras e pelo seu apoio total e irrestrito;

Ao CNPq, pela bolsa PIBIC que me foi concedida durante 3 anos e que propiciou o apoio necessário para criar em mim o gosto pela pesquisa;

À Maria Clara, minha filha que ainda nem nasceu, que aumentou decisivamente a minha motivação para finalizar esta pesquisa;

A todos os professores do Programa, por sua contribuição para a minha formação acadêmica;

E a todos que torceram por mim.

## RESUMO

Nesta pesquisa, investigamos a organização retórico-argumentativa de seções de justificativa de projetos de dissertação da área de Linguística, qualificados por alunos de dois programas de pós-graduação da cidade de Fortaleza. Analisamos a organização retórica das seções de justificativa, tomando como base as concepções de análise de gêneros textuais propostas por Swales (1990, 1992, 1998). Para descrever a arquitetura argumentativa dessa peça genérica, nos baseamos nas concepções de seqüências textuais propostas por Adam (1992). Em primeiro lugar, segmentamos todos os exemplares do *corpus* em unidades retóricas e definimos um padrão de distribuição de informações, em seguida, segmentamos este mesmo *corpus* em seqüências textuais e, finalmente, procuramos relações entre as unidades retóricas e as seqüências textuais identificadas. Esta investigação científica nos permitiu constatar que as seções de justificativa possuem uma organização retórica relativamente homogênea e que a seqüência textual dominante em seus textos é sempre a argumentativa, ainda que várias outras seqüências ocorram como inseridas e tenham papéis importantes na realização de algumas das unidades retóricas prototípicas da peça genérica seção de justificativa de projeto de dissertação.

Palavras-chave: análise de gêneros; comunidade discursiva acadêmica; gêneros textuais; justificativa; seqüências textuais.

(188 palavras)

## ABSTRACT

This research aims at investigating the rhetoric-argumentative organization of justification sections of thesis projects on Linguistics, qualified by students of two graduate programs in Fortaleza. The rhetoric organization of the justification sections, were analyzed according to Swales' genre analysis conception (1990, 1992, 1998). Adam's concept of text sequence (1992) was the basis for the description of the argumentative structure of this type of genre. First, all the exemplars in the *corpus* were segmented into rhetoric units and an information distribution pattern was defined. Next, the same corpus was segmented into textual sequences and, finally, a relationship between the rhetoric units and the textual sequences identified was established. Through this investigation it was noticed that the justification section have a rhetoric organization relatively homogeneous and the dominant textual sequence in these texts is always argumentative, although several other sequences occur within the argumentative and play important roles in the realization of some rhetoric units which are prototypical of the generic piece justification section of thesis projects.

Key words: genre analysis; academic discursive community; textual genres; justification; textual sequences.

(165 words)

## SUMÁRIO

<b>Lista de figuras, quadros e gráficos .....</b>	<b>viii</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 As concepções correntes a respeito da seção de justificativa .....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 2 Os estudos sobre gêneros e sobre seqüências textuais .....</b>	<b>25</b>
2.1 <i>Os gêneros textuais para Bakhtin.....</i>	<i>25</i>
2.2 <i>Os gêneros textuais para Swales .....</i>	<i>27</i>
2.2.1 O conceito de gênero .....	27
2.2.2 A comunidade discursiva.....	30
2.2.3 O modelo CARS.....	34
2.2.4 Contribuições para a teoria de Swales .....	36
2.2.5 Adaptações do modelo CARS .....	38
2.3 <i>As seqüências textuais para Adam .....</i>	<i>40</i>
2.3.1 O protótipo da seqüência narrativa .....	44
2.3.2 O protótipo da seqüência descritiva.....	46
2.3.3 O protótipo da seqüência argumentativa .....	50
2.3.4 O protótipo da seqüência explicativa.....	54
2.3.5 Críticas aos trabalhos de Adam.....	56
2.4 <i>Um estudo da relação entre gênero e seqüência textual.....</i>	<i>58</i>
<b>Capítulo 3 Metodologia.....</b>	<b>63</b>
3.1 <i>Delimitação do universo e constituição do corpus.....</i>	<i>63</i>
3.2 <i>Definição da terminologia.....</i>	<i>63</i>
3.3 <i>Simbologia adotada.....</i>	<i>64</i>
3.4 <i>Tratamento dos dados .....</i>	<i>66</i>
<b>Capítulo 4 Análise da organização retórico-argumentativa .....</b>	<b>67</b>
4.1 <i>A organização retórica.....</i>	<i>67</i>
4.2 <i>A arquitetura argumentativa .....</i>	<i>79</i>
4.3 <i>Seqüências inseridas na seqüência argumentativa .....</i>	<i>82</i>
4.4 <i>Relação entre as subunidades retóricas e a arquitetura argumentativa.....</i>	<i>85</i>
4.5 <i>Flexibilidade na organização das unidades retóricas.....</i>	<i>90</i>
<b>Conclusões da pesquisa .....</b>	<b>93</b>
<b>Referências.....</b>	<b>98</b>

## Lista de figuras, quadros e gráficos

Figura 1 - Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisa (SWALES, 1990 p.141) .....	35
Figura 2 - Esquema aristotélico da narrativa (ADAM, 1992, p. 49) .....	45
Figura 3 - Protótipo da seqüência narrativa (ADAM, 1993, p. 57).....	46
Figura 4 - Esquema típico da seqüência descritiva (ADAM 1992, p. 84).....	49
Figura 5 - Aplicação de restrição a uma regra de inferência (ADAM, 1992, p. 106) .....	52
Figura 6 - Protótipo da seqüência argumentativa (ADAM 1992, p. 118) .....	53
Figura 7 - Protótipo da seqüência explicativa (ADAM 1992, p. 132).....	55
Quadro 1- Questionário sobre projetos de pesquisa .....	20
Quadro 2 – Modelo de segmentação para análise de seções de justificativa .....	64
Quadro 3- Padrão da organização retórica de seções de justificativa de projetos de pesquisa .....	67
Quadro 4 - Posição das subunidades retóricas em seções de justificativa de projetos de dissertação .....	91
Gráfico 1 - Recorrência das unidades retóricas nas seções de justificativa.....	76
Gráfico 2 - Recorrência das subunidades retóricas em seções de justificativa de projetos de dissertação .....	78
Gráfico 3 - Recorrência das seqüências inseridas na argumentativa.....	82

## Introdução

A descrição de gêneros textuais das mais variadas esferas de comunicação vem avançando a passos largos nos últimos 20 anos, mas apesar de haver pesquisas que analisam gêneros próprios de várias esferas de comunicação, não há ainda muitos trabalhos analisando gêneros complexos cujas características exigidas pela comunidade discursiva sejam mais formais e menos flexíveis. Este é o caso dos projetos de dissertação, cuja seção de justificativa é nosso objeto de estudo nesta dissertação.

Como a seção de justificativa de projetos de pesquisa em geral não circula na sociedade como um texto independente, não podemos aplicar a ela o rótulo de gênero textual, pois todo gênero deve circular em alguma esfera comunicativa e ter um certo grau de autonomia, o que não acontece com um texto que apenas faz sentido como parte de um todo maior. Sendo assim, o que desenvolvemos aqui não é a análise de um gênero textual, mas a análise de uma das peças genéricas que compõem o gênero textual projeto de dissertação.

Elegemos para a nossa investigação justamente esta peça genérica (cf. Meurer, 1997) por conta de sua elevada importância para o alcance dos objetivos a que o autor de um projeto de pesquisa aspira. Os manuais de redação científica (cf. LAKATOS, 2002), em geral, afirmam que a análise da seção de justificativa é determinante na aprovação de candidatos a vagas de alunos em cursos de pós-graduação e na concessão de bolsas por parte dos órgãos de fomento à pesquisa, mas, conforme demonstraremos no capítulo 1 desta dissertação, não dão orientações claras ou homogêneas a respeito de sua estrutura retórica nem tampouco explicam suas características argumentativas. Também os professores que orientam mestrandos e doutorandos não demonstram um pensamento homogêneo nem em relação ao projeto de pesquisa, seja de dissertação ou de tese, e muito

menos em relação à seção de justificativa. Diante disso, consideramos fundamental uma descrição das convenções que regem a produção desta peça genérica nos meios acadêmicos que possa servir de referência para o ensino da sua produção.

A organização retórico-argumentativa da seção de justificativa em projetos de dissertação da área de Lingüística, foco central desta dissertação, é investigada a partir da análise e descrição da distribuição das informações e da arquitetura argumentativa da seção de justificativa de projetos de dissertação qualificados nos programas de pós-graduação em Lingüística de universidades da cidade de Fortaleza – CE. Para levar a cabo esta pesquisa, definimos os seguintes objetivos:

#### **Objetivo geral**

- Descrever a distribuição prototípica das informações e a arquitetura argumentativa de seções de justificativa de projetos de dissertação da área de Lingüística.

#### **Objetivos específicos**

- Identificar, com base em Swales (1990), as estratégias de organização das informações em seções de justificativa de projetos de dissertação e formalizar um padrão desta organização.
- Verificar, com base em Adam (1992), a construção seqüencial das seções de justificativa de projetos de dissertação, principalmente no que diz respeito às seqüências que aparecem como inseridas na seqüência argumentativa nesta peça genérica.
- Estabelecer uma relação funcional entre as unidades de informação e a seqüência argumentativa levando em conta suas macroproposições e as seqüências que aparecem nela inseridas em seções de justificativa de projetos de dissertação.

Para atingir estes objetivos nos baseamos principalmente nas concepções de três autores: Bakhtin (2002, 1997), Swales (1990, 1992, 1998) e Adam (1987, 1992).

Consideramos que as bases teóricas desenvolvidas por estes autores são adequadas para amparar nossa investigação porque o primeiro lançou as bases para o estudo científico dos gêneros textuais, o segundo é o mais respeitado estudioso de gêneros em abordagens sócio-retóricas e nos emprestou sua metodologia para análise da organização retórica da peça genérica em tela nesta dissertação, e o terceiro nos forneceu apoio teórico para identificar a arquitetura argumentativa nela presente.

Quase todos os estudos sobre gêneros textuais são de alguma forma influenciados pelo pensamento de Bakhtin, expresso principalmente no livro *Estética da criação verbal* (BAKHTIN,[1953] 1997)<sup>1</sup> em que o autor conceitua os gêneros textuais como *um conjunto relativamente estável de enunciados* e os divide em dois grupos: *os gêneros primários* e *os gêneros secundários*, entre os quais se incluem os gêneros praticados na academia, como o projeto de pesquisa.

Para o autor, a língua é um lugar usado para a interação entre os homens e não há como descrevê-la sem levar em conta este fator; o sujeito é uma entidade psicossocial que (re)produz o contexto social, e o texto é um evento dialógico no qual os sentidos são construídos pela via da interação texto-sujeitos. Os gêneros são, como parte da língua, construídos nesta interação entre as pessoas e se atualizam, como parte do discurso, a cada vez que são utilizados.

No sentido de investigar as características desta interação, aplicamos um questionário que apura as expectativas dos sujeitos-leitores de projetos de pesquisa quanto a sua forma e função.

Já para caracterizar a estrutura retórica da peça genérica em tela, tomamos como ponto de partida os estudos de Swales (1990), em que ele define o gênero como “*uma classe de eventos comunicativos que possuem um conjunto de propósitos comunicativos*

---

<sup>1</sup> Utilizamos a segunda edição em português do texto original de 1953.

*comuns*” e introduz o conceito de comunidade discursiva, que ele entende como “*redes sociorretóricas que se formam a fim de atuar em torno de um conjunto de objetivos comuns*” (SWALES, 1990 p. 9), como parte do arcabouço teórico que utiliza para analisar seções de introdução de artigos de pesquisa. A principal contribuição teórica de Swales (1990) foi a introdução do conceito de comunidade discursiva e de sua estreita relação com os gêneros textuais. Até então, os gêneros textuais eram vistos como construções da língua, que circulavam e se atualizavam na sociedade em geral. Swales (1990) foi pioneiro ao demonstrar que há gêneros que só se atualizam dentro de comunidades discursivas específicas, como a acadêmica, às quais eles pertencem. Como destaca Biasi-Rodrigues (1998), os dois conceitos, o de gênero e o de comunidade discursiva, são praticamente indissociáveis para Swales, o que se torna claro quando ele fala das características dos membros das comunidades discursivas:

Uma das características que os membros estabelecidos dessas comunidades possuem é a familiaridade com gêneros particulares que são usados em causas comunicativas desse conjunto de objetivos. Em conseqüência, gêneros são propriedades de comunidades discursivas; o que quer dizer que gêneros pertencem a comunidades discursivas, não a indivíduos, a outros tipos de grupos ou a vastas comunidades de fala (SWALES, 1990, p. 9).

Em vista disso, nosso questionário foi aplicado apenas a professores dos programas de pós-graduação e não a alunos porque os professores são membros estabelecidos da comunidade discursiva acadêmica, onde os projetos de pesquisa, e, conseqüentemente, suas seções de justificativa, circulam e porque, como membros da comunidade, eles estão em posição de estabelecer as normas a que estes textos estão sujeitos, o que fazem, por exemplo, nas bancas de qualificação ou durante a orientação de projetos de seus orientandos.

Nesta pesquisa, admitimos que a comunidade acadêmica constitui uma comunidade discursiva nos termos de Swales, visto que ela possui objetivos públicos comuns, em que predominam as necessidades comunicativas dos seus membros (circulação do saber) e na

qual se agrupam pessoas em termos de interesses especializados (vejam-se as áreas do CNPq, por exemplo). Também admitimos que a seção de justificativa de projetos de dissertação, tal como a introdução de artigos de pesquisa analisada por Swales (1990), pode ser descrita como uma peça genérica de um gênero textual próprio da comunidade discursiva acadêmica, visto que ela compreende uma classe de eventos comunicativos cujo propósito é o mesmo: justificar a relevância de uma pesquisa científica frente a essa comunidade discursiva.

No entanto, apesar desta semelhança entre as duas peças genéricas em relação ao propósito comunicativo, devemos atentar para o fato de que a justificativa de um projeto de pesquisa é escrita por um membro iniciante na comunidade científica, enquanto que a introdução de artigos de pesquisa é, em geral, redigida por membros proficientes desta comunidade, fato que se reflete na organização retórica das duas peças genéricas.

Para a análise e descrição do nosso objeto de pesquisa, nós nos valem da contribuição teórico-metodológica de Swales para a análise de gêneros, que resultou no desenho do modelo CARS (*Create a research space*) (SWALES, 1990). Tal modelo representa o padrão prototípico encontrado pelo autor em uma análise de introduções de artigos de pesquisa em diversas áreas científicas. Este padrão revelou movimentos obrigatórios e opcionais na organização das informações em introduções de artigos de pesquisa (APs), os quais o autor denominou *movimentos* (movimentos) e *passos* (passos), respectivamente.

O modelo CARS, nos últimos anos, vem sendo adaptado em inúmeras pesquisas de análise de gêneros acadêmicos no Brasil. Como exemplo, podemos citar as adaptações feitas para a descrição de resumos acadêmicos (SANTOS, 1995; MOTTA-ROTH e HENDGES, 1996 e BIASI-RODRIGUES, 1998); de seções de revisão da literatura

(HENDGES, 2001); de resenhas acadêmicas (BEZERRA, 2002; ARAÚJO, 1996; MOTA-ROTH, 1995) e de introduções de artigos de pesquisa (ARANHA, 1996), entre outros.

A própria motivação desta pesquisa parte de nossa experiência como bolsista de iniciação científica que ocorreu entre 1999 e 2001. As pesquisas feitas nesse período constituíram uma extensão da pesquisa com resumos de dissertação de mestrado da área de Lingüística, desenvolvida para a tese de doutorado de Biasi-Rodrigues (1998) e de alguns artigos da autora (BIASI-RODRIGUES, 1999a, 1999b e 1999c). A nossa participação em projetos de pesquisa sob a orientação de Biasi-Rodrigues rendeu publicações bem posteriores, em que apresentamos resultados da análise do gênero textual resumo acadêmico em diferentes áreas do conhecimento, descrevendo sua organização retórica (OLIVEIRA et al., 2001) e depois comparando o gênero resumo acadêmico com a peça genérica introdução **de artigo de pesquisa** (JUCÁ, 2004a e 2004b), mas não tínhamos ainda explorado, metodologicamente, critérios de análise que ora utilizamos para associar a análise sócio-retórica com a análise seqüencial da peça genérica seção de justificativa de projeto de dissertação.

Todas estas pesquisas, dedicadas a uma descrição da organização retórica dos gêneros escolhidos como objeto de análise se pautaram pelas concepções de gênero e comunidade discursiva propostas por Swales e resultaram em um padrão prototípico de organização das informações em cada gênero. Algumas delas privilegiaram o propósito comunicativo como critério de análise, como a de Bezerra (2002) e a de Mota-Roth (1995).

Entretanto o próprio Swales, em artigo publicado em co-autoria com Askehave (ASKEHAVE e SWALES, 2001) contesta a aplicação do propósito comunicativo como critério único e, algumas vezes, imediato para a identificação de um texto como exemplar de algum gênero e aponta para a necessidade de critérios mais formais na descrição dos gêneros textuais. Não se trata, porém, de abandonar o uso do critério do propósito

comunicativo para a identificação de gêneros, mas apenas de fazer análises que utilizem, além desta importante característica, outras na descrição dos gêneros textuais.

Uma característica formal que já se mostrou um fator de estabilização de alguns gêneros foi a seqüência em que seus exemplares são construídos. Sousa (2004), ao descrever a estrutura retórico-argumentativa de editoriais de jornais, encontrou na seqüência argumentativa um fator de estabilização do discurso editorialístico. Acreditamos que a seqüência dominante se revela um critério importante na descrição de alguns gêneros textuais, como revela a pesquisa de Sousa (2004), e também que a seção de justificativa de projetos de dissertação é uma peça genérica que se caracteriza por realizar uma seqüência textual argumentativa, devido ao caráter essencialmente argumentativo do discurso a que esta peça genérica serve.

Com o objetivo de descrever a seção de justificativa de projetos de dissertação, utilizaremos como critérios de análise tanto o propósito comunicativo quanto os aspectos formais de sua construção. Acreditamos, com Askehave e Swales (2001), que o propósito comunicativo de um determinado gênero não é suficiente para identificá-lo satisfatoriamente, mas que ainda assim é um critério privilegiado no trabalho de análise de gêneros textuais, que deve ser posto ao lado de critérios mais observáveis, para que o analista consiga descrever adequadamente o gênero textual que pretende estudar.

Partindo da hipótese de que a seqüência textual em que se desenvolve um determinado texto é um recurso composicional que ajuda a estabilizá-lo, como acontece com os editoriais de jornal (cf. SOUSA, 2004), demonstramos que a seqüência textual argumentativa é um recurso composicional que estabiliza a peça genérica seção de justificativa, uma vez que os membros da comunidade acadêmica rejeitam ou desqualificam os exemplares que não o utilizam.

Para descrever este recurso composicional, basearemos nossa análise em Adam (1992). O autor defende, fundamentalmente, que o texto é formado de proposições que, em seu conjunto, desenvolvem uma forma mais ou menos característica a partir de um processo de fixação sócio-histórico. Este processo de formação de uma seqüência apresenta duas dimensões: a configuracional e a seqüencial. Adam toma a dimensão seqüencial como ponto central para a operacionalização de um quadro conceitual, classificando cinco seqüências textuais: a narrativa, a descritiva, a argumentativa, a explicativa e a dialogal. A importância do quadro conceitual desenhado por Adam (1992) é realçada por Bonini:

A pesquisa em tipologia de textos apresenta hoje, entre outras, duas abordagens principais: uma que estuda o texto a partir de um conjunto de unidades típicas básicas que se agrupam de forma heterogênea para formar gêneros (de Adam e seus seguidores) e outra que vê o texto como um produto final formado dentro de determinada comunidade discursiva, cumprindo propósitos comunicativos convencionais desta comunidade e apresentando determinada configuração típica (de Swales e seus seguidores) (BONINI, 1999, p. 304).

Acreditamos que essas duas abordagens teóricas, as de Swales (1990) e as de Adam (1992), podem ser complementares. Entendemos que os gêneros textuais correspondem a gêneros secundários na concepção de Bakhtin, (1997) e que se organizam, na concepção de Swales (1990), em informações prototipicamente ordenadas, bem como na forma de seqüências tais como as que Adam (1992) concebe. Estas seqüências, como já admitimos, constituem mais um elemento que serve para estabilizar alguns gêneros em comunidades discursivas, ou seja, a seqüência dominante, em um dado gênero, e as seqüências inseridas que aparecem como suas subsidiárias, podem contribuir para a identificação deste gênero como tal na comunidade discursiva.

O único trabalho, de que temos conhecimento, em que se estabeleceu uma relação funcional entre a organização retórica prototípica de um gênero textual e a seqüência argumentativa nele dominante é o de Sousa (2004), que descreve o gênero textual editorial

de jornal. Nessa pesquisa, a autora propõe um padrão da organização retórica de editoriais de jornal e relaciona este padrão à seqüência argumentativa, que aparece como dominante em todos os exemplares do seu *corpus*. Com isso, ela demonstra que a seqüência argumentativa se revela um importante fator de estabilização do gênero editorial de jornal. Nossa pesquisa vem contribuir para a descrição de gêneros acadêmicos investigando este mesmo fenômeno, mas desta vez em um gênero da esfera acadêmica. Desta forma, tentamos consolidar um modo inovador de analisar os gêneros através de uma abordagem sócio-retórica, fornecendo a esta abordagem os critérios mais formais de que muitas vezes se ressentem suas análises.

Para efetivarmos este trabalho, nos colocamos as seguintes questões geradoras:

1. Quais são as estratégias de organização das informações nas seções de justificativa de projetos de dissertação?
2. Que construções seqüenciais ocorrem mais regularmente inseridas na seqüência argumentativa nesta peça genérica?
3. Que relação há entre as macroproposições da seqüência argumentativa e a organização das informações nas seções de justificativa de projetos de dissertação?

Diante destas questões e com base no conhecimento prévio do objeto, formulamos as seguintes hipóteses:

1. As informações que aparecem em seções de justificativa de projetos de dissertação se diferenciam das que aparecem em seções de introdução de artigos de pesquisa em extensão e pela necessidade de afirmação na comunidade acadêmica por parte de seu autor, porém possuem semelhanças em relação ao propósito comunicativo e, portanto, sua organização pode ser

descrita a partir de uma adaptação do modelo CARS, de Swales (1990) que descreve os movimentos e passos retóricos da introdução de artigos científicos.

2. As seqüências narrativa, explicativa e, principalmente, descritiva aparecem mais freqüentemente como inseridas na seqüência argumentativa em seções de justificativa de projetos de dissertação.
3. Cada macroproposição da seqüência argumentativa guarda uma relação funcional, mas não biunívoca, com uma ou mais informações que são regulares na seção de justificativa de projetos de dissertação, bem como cada seqüência inserida na seqüência argumentativa.
4. Além do propósito comunicativo e da organização das informações, a seqüência argumentativa dominante é vista pelos membros da comunidade discursiva acadêmica como um elemento formal que estabiliza a peça genérica seção de justificativa de projeto de dissertação.

Buscando respostas menos provisórias a respeito da seção de justificativa, organizamos os quatro capítulos desta dissertação. No primeiro deles, visitamos alguns dos livros de metodologia científica mais consultados por alunos e professores das duas universidades cearenses de onde coletamos o nosso corpus, e em um segundo momento, discutimos um questionário que revela as concepções dos professores destas duas instituições a respeito do gênero projeto de dissertação e de sua seção de introdução. Acreditamos que este é o caminho que em geral os alunos de pós-graduação percorrem ao tentar se apropriar das características daquele gênero textual e, em conseqüência, desta peça genérica, em primeiro lugar buscando livros de metodologia e em seguida consultando seus orientadores.

No segundo capítulo desta pesquisa informamos ao leitor a respeito da base teórica que sustenta esta dissertação através de um breve resumo das concepções sobre gêneros textuais de Bakhtin e Swales e das sobre seqüências textuais de Adam. Em seguida, apresentamos um estudo em que, como neste, se relaciona a descrição de um gênero textual à seqüência em que ele se organiza.

No terceiro capítulo o leitor encontrará os procedimentos metodológicos que adotamos nesta análise. Descrevemos a organização de nosso *corpus* e o tratamento que foi dado aos dados nele contidos e ainda explicamos a forma como relacionamos as unidades retóricas (cf. BIASI-RODRIGUES, 1998) às seqüências textuais.

No quarto capítulo analisamos a organização retórico-argumentativa da seção de justificativa de projetos de dissertação. Primeiramente, mostramos a organização retórica prototípica desta peça genérica e em seguida, nos subitens 4.3 e 4.4, apresentamos a sua arquitetura argumentativa. As relações entre a organização retórica da peça genérica em tela e sua arquitetura argumentativa são apresentadas no subitem 4.4.

Finalmente, apresentamos as conclusões tiradas desta dissertação e oferecemos algumas sugestões para novos estudos que poderão ser inspirados por esta pesquisa.

## Capítulo 1

### **As concepções correntes a respeito da seção de justificativa**

Um dos motivos para a escolha da peça genérica seção de justificativa como objeto de estudo foi a dificuldade que encontramos em entender como se configura o gênero textual projeto de pesquisa na esfera acadêmica. Ao começar os preparativos desta pesquisa, nos demos conta de que, apesar da elevada importância que este gênero tem na aceitação de novos membros pela comunidade discursiva acadêmica, não havia instruções suficientemente precisas a respeito das exigências da comunidade em relação a esta instância de comunicação em manuais de redação científica e de que os alunos ficavam, então, dependentes das instruções de seus professores-orientadores para entender como deveriam elaborar um projeto.

Esta dependência foi o que nos motivou a consultar esses profissionais a respeito de suas concepções sobre o gênero e a peça genérica que analisamos nesta dissertação. Resolvemos tratar neste capítulo os dados obtidos de questionário aplicado com oito professores-orientadores, e não no de análise, porque nosso objetivo é apenas revelar a heterogeneidade das informações obtidas dos membros proficientes da comunidade discursiva acadêmica, pelos alunos de pós-graduação, no momento da produção de seus projetos de dissertação.

Este primeiro capítulo, portanto, dá conta das dificuldades que o pesquisador iniciante enfrenta ao tentar compreender o gênero textual projeto de pesquisa e o papel da seção de justificativa em sua composição.

As instruções encontradas em manuais de redação científica são bastante incompletas em relação ao gênero projeto de pesquisa, e o são mais ainda quando se trata

da seção de justificativa, que é uma das peças mais importantes na elaboração de um projeto. Rudio (1997), por exemplo, trata em sua “Introdução ao projeto de pesquisa científica” de problemas metodológicos (cap. 01) do uso e definição de termos (cap. 02) e de observação (cap. 03) antes de iniciar o capítulo em que trata do projeto de pesquisa em si.

No capítulo intitulado “O projeto de pesquisa”, ele aborda o gênero de uma maneira que consideramos vaga. O autor inicialmente dá a entender que o projeto de pesquisa é apenas um plano recomendável, que pode ou não ser realizado pelo pesquisador, e que somente nos casos em que a pesquisa se destina a “organizações nacionais e internacionais” é que ele se torna obrigatório.

A menção à seção de justificativa aparece em Rudio (1997) apenas duas vezes. Na primeira, dentro do subtítulo “Como elaborar um projeto de pesquisa?”, entre aquilo que o autor considera os “pontos fundamentais de um projeto de pesquisa”. O autor cria uma lista destes pontos fundamentais e coloca a seção de justificativa como segue:

- 2.1           POR QUÊ? (justificativa da pesquisa)  
 motivos que justificam a pesquisa:  
 . motivos de ordem teórica.  
 . motivos de ordem prática. (RUDIO, 1997 p. 46)

Mais adiante (p. 53-54), o autor coloca dois “exemplos de modelos para projetos de pesquisa”. No primeiro, a seção de justificativa é uma das partes, que aparece sem nenhuma explicação a respeito daquilo em que ela consiste. Já no segundo, a peça genérica aqui pesquisada sequer é citada, o que mais uma vez demonstra a inconsistência da sua descrição.

No seu “Manual para redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa” Spector (1997) também não oferece uma explicação consistente a respeito de projetos de dissertação (ou de pesquisa, mais genericamente). Neste caso, não há referência à seção de

justificativa como uma peça do projeto, nem mesmo no exemplo de projeto de pesquisa que consta em um dos anexos de seu livro. Este projeto apresentado como exemplo é, em Spector (1997), composto apenas por título, introdução, objetivos, materiais e métodos, análise estatística e cronograma, estrutura que contrasta com as descritas nos outros manuais aqui citados, onde, ainda que não explicada detalhadamente, aparece a seção de justificativa. Além disso, nos demais manuais não encontramos referência nem a uma seção de introdução, nem a uma de análise estatística, o que mais uma vez demonstra que os autores de manuais científicos não seguem um padrão fixo nas suas orientações.

Lakatos e Marconi (1992) são os que dão uma descrição mais pormenorizada do projeto de pesquisa e, conseqüentemente, da seção de justificativa. Ainda assim, dedicam apenas meia página a esta peça genérica. Os autores, da mesma forma que Rudio (1997), afirmam que a seção de justificativa deve responder à questão “por quê?”. Entretanto, Lakatos e Marconi (1992) dão mais algumas explicações a respeito da estrutura desta peça genérica e de sua importância na comunidade acadêmica. Os autores asseveram que a seção de justificativa “é o elemento que contribui mais diretamente para a aceitação da pesquisa pela(s) pessoa(s) ou entidade(s) que vai(ao) financiá-la” e afirmam a respeito de sua estrutura que ela deve enfatizar:

- o estágio em que se encontra a teoria respeitante ao tema;
  - as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer.
  - confirmação geral
  - confirmação na sociedade particular em que se insere a pesquisa
  - especificação para casos particulares
  - clarificação da teoria
  - resolução de pontos obscuros etc.
  - importância do tema do ponto de vista geral;
  - importância do tema para casos particulares em questão;
  - possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema proposto;
  - descoberta de soluções para casos gerais e/ou particulares etc.”
- (LAKATOS e MARCONI, 1992, p. 103)

Gil (1996) inicialmente não inclui a seção de justificativa como um dos elementos que compõem um projeto de pesquisa. Para ele, estes elementos são:

- a) Formulação do problema.
- b) Construção de hipótese ou especificação dos objetivos.
- c) Identificação do tipo de pesquisa.
- d) Operacionalização das variáveis.
- e) Seleção da amostra.
- f) Elaboração dos instrumentos e determinação da estratégia de coleta de dados.
- g) Determinação do plano de análise dos dados.
- h) Previsão da forma de apresentação dos resultados.
- i) Cronograma da execução da pesquisa.
- j) Definição dos recursos humanos materiais e financeiros a serem alocados. (GIL, 1996, p. 23)

Porém, no último capítulo do mesmo livro, que trata da redação do projeto de pesquisa, o autor apresenta a seção de justificativa como uma das partes que o compõem. Neste trecho, o autor afirma que a justificativa consiste na “apresentação de forma clara e sucinta das razões de ordem teórica e/ou prática que justificam a realização da pesquisa” Gil (1996, p. 145). O autor, a exemplo de Lakatos e Marconi (1992), oferece uma lista daquilo que o autor deve enfatizar ao redigir a seção de justificativa de seu projeto de pesquisa. Ele divide as seções de justificativa de pesquisa em dois tipos: de natureza prática e de natureza científica ou acadêmica, e diz que estas últimas devem indicar:

- o estágio de desenvolvimento dos conhecimentos referentes ao tema;
- as contribuições que a pesquisa pode trazer com vistas a proporcionar respostas aos problemas propostos ou a ampliar as formulações teóricas a esse respeito;
- a relevância social do problema a ser investigado;
- a possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema.

Também a exemplo de Lakatos e Marconi (1992), Gil (1996) chama a atenção para o cuidado que os pesquisadores devem ter com esta peça genérica. Para Gil (1996, p. 145) “os cuidados como a elaboração da justificativa devem ser redobrados no caso de pesquisas para as quais se solicita algum tipo de financiamento, já que a entidade financiadora necessita de boas razões para justificar o investimento”.

Diante da inconsistência das definições encontradas em livros de metodologia, buscamos também na Internet alguns sites onde pudéssemos nos orientar a respeito da redação de um projeto de pesquisa e, conseqüentemente, de sua seção de justificativa.

No endereço eletrônico da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS – encontramos uma destas orientações. No site, encontramos normas que dizem respeito ao número de páginas, formatação da folha de rosto, edição do texto e partes que compõem o projeto de pesquisa. Entre estas partes está a seção de justificativa. Segundo o site, para esta seção do projeto o pesquisador deve:

Elaborar uma abordagem conceitual e científica do tema considerado, com revisão bibliográfica. Para elaborá-la, o pesquisador deve, previamente, realizar uma ampla revisão bibliográfica sobre o assunto. Ao redigi-la, faz-se um histórico, relatando o que já foi publicado sobre o assunto e citando a bibliografia. Apresenta-se o que será abordado e correlaciona-se com o conhecimento já existente em publicações. É conveniente destacar a parte inédita da abordagem.  
(<http://www.propp.ufms.br>)

Percebemos na citação acima a sugestão da seguinte organização retórica. Primeiramente há a revisão bibliográfica e o assunto que será abordado, da mesma forma que encontramos em Lakatos e Marconi (1992) e em Gil (1996), depois o assunto que será abordado, a relação deste assunto com o conhecimento já existente em publicações e, por fim, o destaque à parte inédita da abordagem do pesquisador, que não são contemplados pelos autores citados. No site, não há menção a outros procedimentos retóricos mencionados por Lakatos e Marconi (1992) e Gil (1996) como a “relevância social do problema a ser investigado” por exemplo.

A FECAP (Escola de Gestão de Negócios Álvares Penteado) também deixa disponível na Internet um "Roteiro Básico para a Elaboração de Projeto de Pesquisa. A estrutura do projeto de pesquisa é descrita pela entidade como sendo composta de:

1. Capa com a identificação do projeto e do proponente
2. Descrição sucinta do problema a ser pesquisado
3. Justificativa e objetivos
4. Levantamento bibliográfico inicial

5. Metodologia
6. Cronograma
7. Referências bibliográficas

([http://www.fecap.com.br/portal/Arquivos/Extensao\\_Pro\\_Ciencia/Roteiro\\_Basico\\_para\\_Elaboracao\\_de\\_Projeto\\_de\\_Pesquisa.doc](http://www.fecap.com.br/portal/Arquivos/Extensao_Pro_Ciencia/Roteiro_Basico_para_Elaboracao_de_Projeto_de_Pesquisa.doc))

O documento ainda explica cada uma destas partes. A terceira seção, que nos interessa mais de perto, é descrita em dois parágrafos, um respeitante à justificativa e outro aos objetivos, como se percebe abaixo:

Nesta parte, [justificativa e objetivos] são apresentadas as razões de ordem teórica e/ou prática que tornam o estudo relevante e portanto justificam a sua execução. O esforço aqui é convencer o leitor da importância do tema escolhido, apelando para sua atualidade ou para a necessidade de mais conhecimento nesta área específica.

Neste tópico busca-se também esclarecer quais serão os objetivos da pesquisa, que se irá empreender, isto é, o que se quer obter com o estudo. Tanto quanto possível os objetivos deverão ser definidos em dois níveis: objetivos gerais (mais amplos) e objetivos específicos (mais restritos).

([http://www.fecap.com.br/portal/Arquivos/Extensao\\_Pro\\_Ciencia/Roteiro\\_Basico\\_para\\_Elaboracao\\_de\\_Projeto\\_de\\_Pesquisa.doc](http://www.fecap.com.br/portal/Arquivos/Extensao_Pro_Ciencia/Roteiro_Basico_para_Elaboracao_de_Projeto_de_Pesquisa.doc))

Esta definição faz menção ao papel retórico da justificativa de convencer o leitor de alguma coisa, o que não encontramos nas outras, porém segue sendo muito vaga, sem definir exatamente a partir de que informações o autor pode conseguir este efeito de sentido.

Também foram encontradas normas a respeito da redação de projetos de pesquisa no site do Centro Universitário Central Paulista – UNICEP. O site apresenta a estrutura do projeto de pesquisa como sendo:

#### **PROJETO DE PESQUISA - ESTRUTURA**

1. Capa
2. Página de rosto
3. Sumário
4. Introdução
  - 4.1 Determinação e delimitação do tema e do problema de pesquisa
  - 4.2 Justificativa
    - 4.2.1 Relevância Social
    - 4.2.2 Relevância Científica
  - 4.3 Objetivos
    - 4.3.1 Objetivo Geral
    - 4.3.2 Objetivo Específico
  - 4.4 Enunciar as hipóteses
  - 4.5 Quadro teórico/referencial teórico
  - 4.6 Metodologia
  - 4.7 Técnicas e instrumentos selecionados para coleta de dados
  - 4.8 Procedimentos que serão utilizados para a análise dos dados

5. Cronograma
  6. Orçamento
  7. Indicação da bibliografia
  8. Anexos ou apêndices
- Referencias Bibliográficas

([http://www.asser.com.br/arquivos/interface\\_arquivos/servicos\\_arquivos/paginas/orientacao\\_academica.asp](http://www.asser.com.br/arquivos/interface_arquivos/servicos_arquivos/paginas/orientacao_academica.asp))

Perceba-se que, diferentemente dos outros textos citados, este site inclui uma seção de introdução no projeto de pesquisa, como acontece em Spector (1997), porém, neste caso, trata da seção de justificativa, como uma das partes que a compõem. Na estrutura acima esta seção de introdução, na verdade, contempla quase tudo o que é descrito em alguns manuais científicos como sendo o projeto como um todo, deixando de fora apenas elementos pré-textuais, o cronograma, o orçamento (na área de lingüística, aqui pesquisada, normalmente dispensável) e os elementos pós-textuais.

Depois de apresentar esta estrutura, como sendo a estrutura a ser seguida para a redação de projetos de pesquisa, o site descreve com um pouco mais de detalhe cada um de seus itens. A exemplo do que encontramos no site da FECAP, acima, encontramos na UNICEP a seguinte norma para a seção de justificativa:

#### **4.2 Justificativa**

Consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa. É necessário expor se a pesquisa proposta é possível de ser realizada, destacando os recursos materiais e humanos disponíveis e as condições de acesso aos locais necessários à realização da pesquisa.

**4.2.1 Relevância social:** é importante que o pesquisador(a) deixe bem claro a contribuição que sua pesquisa trará em benefício a um setor da sociedade.

**4.2.2 Relevância científica:** é importante que o pesquisador(a) demonstre que a sua pesquisa proposta ajudará no campo científico em questão.

([http://www.asser.com.br/arquivos/interface\\_arquivos/servicos\\_arquivos/paginas/orientacao\\_academica.asp](http://www.asser.com.br/arquivos/interface_arquivos/servicos_arquivos/paginas/orientacao_academica.asp))

Nesta definição se lê que a seção de justificativa deve conter dois subtópicos em separado, que tratem da relevância social e da relevância científica do projeto respectivamente, norma esta ainda não sugerida pelos outros autores citados neste capítulo,

o que mais uma vez revela a inexistência de um padrão normativo único que reja a seção de justificativa de projetos de pesquisa.

Diante do exposto, podemos afirmar que os manuais de metodologia científica hoje disponíveis no mercado editorial brasileiro não revelam um padrão único na normalização da redação de projetos de pesquisa e nem muito menos de sua seção de justificativa, e, portanto, não são capazes de oferecer ao aluno iniciante na pós-graduação uma base de apoio consistente. Além disso, são bastante lacunosos no que diz respeito à explicação do papel desta peça genérica na situação comunicativa onde o gênero de que faz parte circula, deixando de enfatizar o seu caráter marcadamente argumentativo.

Diante da inconsistência dos manuais de redação científica e dos *sites* especializados, os alunos se voltam para seus professores-orientadores em busca de uma definição sobre o gênero projeto de pesquisa e, conseqüentemente, sobre a sua seção de justificativa.

Pensando nisso, elaboramos o seguinte questionário a fim de descobrir as concepções dos professores-orientadores que ensinam nas universidades cujos alunos são autores dos projetos de dissertação aqui analisados.

- |    |  |
|----|--|
| 1) | De quantas bancas de qualificação de projetos de pesquisa participou nos últimos 5 anos? |
|    | <input type="checkbox"/> Nenhuma   |
|    | <input type="checkbox"/> 1 a 10  |
|    | <input type="checkbox"/> 10 a 20   |
|    | <input type="checkbox"/> 20 a 40   |
|    | <input type="checkbox"/> Mais de 40  |
| 2) | Em sua opinião, com que objetivo se escreve um projeto de pesquisa?                      |
| 3) | Que problema lhe parece mais grave em um projeto de pesquisa?                            |
|    | <input type="checkbox"/> Fundamentação teórica inconsistente                             |
|    | <input type="checkbox"/> Justificativa pouco convincente                                 |
|    | <input type="checkbox"/> Falhas de redação e estilo                                      |
|    | <input type="checkbox"/> Metodologia inadequada  |
|    | <input type="checkbox"/> Amplitude exagerada dos objetivos                               |

- 4) Que seção do projeto de pesquisa influencia mais diretamente a sua avaliação em uma banca de qualificação?
- Nenhuma, as seções têm o mesmo grau de importância entre si.
  - Os objetivos
  - A fundamentação teórica
  - A justificativa
  - A metodologia
- 5) Há algum tipo de texto que considere mais adequado para uma seção de justificativa de projeto de pesquisa?
- Não, o tipo de texto não influencia na qualidade de uma seção de justificativa.
  - Sim, uma seção de justificativa deve ser um texto de tipo expositivo.
  - Sim, uma seção de justificativa deve ser um texto de tipo descritivo.
  - Sim, uma seção de justificativa deve ser um texto de tipo argumentativo.
  - Sim, uma seção de justificativa deve ser um texto de tipo narrativo
  - outro ou uma combinação de dois ou mais tipos de texto.
- 6) Em uma seção de justificativa de projeto de pesquisa já deve haver algum comentário acerca de decisões metodológicas a serem adotadas pelo pesquisador no momento da execução da pesquisa?
- Sim
  - Não
- 7) Qual(is) a(s) função(ões) específica(s) da seção de justificativa em um projeto de pesquisa?
- 8) Quais as principais dificuldades que seus orientandos enfrentam na hora de produzir a seção de justificativa de seus projetos de pesquisa?

#### Quadro 1- Questionário sobre projetos de pesquisa

O primeiro item deste questionário visava investigar o volume de trabalho dos professores-orientadores com projetos de pesquisa. Dos 8 professores que o responderam, apenas 2 participaram de menos de 10 bancas de qualificação de projetos de pesquisa nos últimos 5 anos, 2 participaram de mais de 10 bancas, 2 de mais de 20 e 2 participaram de mais de 40 bancas no período considerado.

Ao analisar as respostas aos demais itens do questionário, percebemos que não são só os manuais de metodologia que confundem os alunos de pós-graduação recém-ingressos

na comunidade acadêmica. Os professores também divergem em muitos pontos sobre o projeto de pesquisa e sobre a seção de justificativa.

Como primeiro exemplo podemos citar as concepções dos professores-orientadores sobre os objetivos do projeto de pesquisa, em resposta à segunda questão. Em apenas 8 respostas que recebemos, tivemos os seguintes resultados: 4 professores responderam que um dos objetivos do projeto de dissertação é o de mostrar a relevância da pesquisa, 2 enfatizaram que no projeto devem ser delineados os procedimentos metodológicos a serem adotados, 1 respondeu que o objetivo do projeto de pesquisa é discutir uma problemática, 1 que é o de propor um novo olhar sobre um objeto ou uma nova metodologia e mais 1 citou a necessidade de apresentar uma base teórica consistente e os objetivos da pesquisa.

Quanto ao problema que consideravam mais grave em uma seção de justificativa, terceira questão, muitos marcaram mais de uma opção entre as que foram propostas no questionário e o resultado geral foi o seguinte: 5 dos 8 professores que responderam ao questionário marcaram a opção “metodologia inadequada” como um dos problemas mais graves de um projeto de pesquisa, 4 marcaram a opção “justificativa pouco convincente”, 3 consideraram que um dos principais problemas de um projeto de pesquisa é uma fundamentação teórica inconsistente, 2 incluíram “falhas de redação e estilo” como um dos mais graves problemas e apenas 1 considerou que a amplitude exagerada dos objetivos é um dos mais graves problemas de uma seção de justificativa.

A seção que mais influencia a avaliação dos professores entrevistados em bancas de qualificação de projetos também não é a mesma. Analisando as respostas à quarta questão do nosso questionário tivemos os seguintes resultados: 5 professores responderam que a seção de metodologia é a que mais influencia em sua avaliação em uma banca de qualificação de projeto de pesquisa, um afirmou que a seção que mais influenciava sua avaliação era a de objetivos, 1 que era a de fundamentação teórica e apenas 1 afirmou que

era a de justificativa. 2 dos professores entrevistados, ambos da UFC, responderam que todas as seções de um projeto de pesquisa têm o mesmo grau de importância entre si.

Quanto ao tipo de texto que consideram mais adequado para a redação de uma seção de justificativa de projeto de pesquisa, na quinta questão, os professores responderam da seguinte forma: 4 consideraram que não há um tipo de texto mais adequado e que o melhor é uma combinação de dois ou mais tipos de texto, 3 consideraram que o tipo de texto mais adequado a uma seção de justificativa é o argumentativo, 1 afirmou que o tipo de texto não influencia na qualidade de uma seção de justificativa e mais 1 afirmou que a seção de justificativa deve ser um texto do tipo expositivo, entretanto este também marcou o item “argumentativo”.

As últimas 3 questões propostas se referem diretamente à seção de justificativa de projetos de pesquisa. Observando nosso corpus, percebemos que alguns alunos incluíam nas seções de justificativa de seus projetos de pesquisa comentários a respeito da metodologia que iriam usar durante a sua execução. Como imaginávamos que este não era um papel da seção de justificativa, uma vez que há uma seção específica para descrição da metodologia em projetos, e que a recorrência de identificações do propósito comunicativo de explicitar a metodologia a ser utilizada foi muito baixa, resolvemos acrescentar um item ao questionário, perguntando aos professores-orientadores se já deveria haver algum comentário acerca de decisões metodológicas na seção de justificativa de projetos. Para esta pergunta só obtivemos 4 respostas, de vez que quando resolvemos incluí-la no questionário, já havíamos obtido respostas às demais de 4 dos professores-orientadores que responderam às nossas indagações.

Elaboramos este questionamento pressupondo que os professores-orientadores responderiam que decisões metodológicas não devem ser comentadas na seção de

justificativa, mas, para a nossa surpresa, 3 dos quatro professores responderam “sim” a essa questão (v. questão 6).

Quanto à(s) função(ões) específica(s) da seção de justificativa de projetos de pesquisa, questão sete, as opiniões dos professores dos programas de pós-graduação cearenses também se revelaram heterogêneas. As professoras de metodologia das duas universidades aqui analisadas responderam da seguinte forma: uma delas disse que a função da seção de justificativa é a de **convencer** os examinadores a respeito da relevância da pesquisa e descreveu como se pode fazer isso; a outra respondeu que são funções de uma seção de justificativa: apresentar estado da arte e lacunas na área, problematizar a proposta de pesquisa e finalmente **demonstrar** a relevância da pesquisa.

O efeito de sentido criado pelas palavras “convencer” e “demonstrar” nos chamou a atenção nas respostas dos demais professores. A questão da relevância do projeto de pesquisa foi unânime. Todos os entrevistados tocaram neste ponto. Porém, 5 deles disseram que a função da seção de justificativa é a de demonstrar (ou mostrar) a relevância da pesquisa, enquanto dois afirmaram ser a de convencer (ou argumentar) acerca desta relevância. Levando em consideração apenas estas respostas, mais uma vez percebemos que não fica clara para os alunos a função marcadamente argumentativa pela qual esta peça genérica responde em um projeto de pesquisa, de vez que o vocábulo “demonstrar” pode evocar um procedimento expositivo e não argumentativo, e os nossos dados revelaram que a seqüência argumentativa é a única que se realiza como dominante em seções de justificativa de projetos de pesquisa.

Já na última questão, as dificuldades mais comuns enfrentadas pelos alunos que estão produzindo a seção de justificativa de seus projetos de pesquisa são as seguintes, segundo os professores-orientadores. Primeiro vêm o estabelecimento da relevância e a distinção entre interesse pessoal e social da pesquisa, ambos lembrados 3 vezes nas

respostas dos orientadores, e, em seguida, vem a distinção entre a seção de justificativa e as demais seções do projeto, citada por 2 professores.

O resultado da consulta feita a um grupo de orientadores parece deixar claro que, ao buscar orientação sobre como redigir seu projeto de pesquisa (e dentro dele sua seção de justificativa), o pesquisador iniciante não encontrará instruções homogêneas a respeito da tarefa que vai empreender. Nem os manuais científicos, nem as instruções dadas na Internet e nem os professores orientadores comungam de uma mesma opinião a respeito da configuração deste gênero textual. Quanto à seção de justificativa de projetos de pesquisa, o aluno que buscar orientação sobre como escrevê-la dificilmente encontrará alguma orientação acerca do caráter marcadamente argumentativo que a caracteriza como peça genérica, conforme demonstramos neste capítulo. Isto significa que ele precisa perceber este caráter por conta própria, o que pode levá-lo à produção de seções de justificativa que mais se preocupam em descrever a fundamentação teórica a ser adotada na pesquisa do que em convencer a comunidade acadêmica da relevância da pesquisa por ele planejada.

## Capítulo 2

### Os estudos sobre gêneros e sobre seqüências textuais

Nesta pesquisa, nos basearemos nas noções de gênero defendidas por três autores. De Bakhtin (1997) aproveitaremos as concepções de gêneros textuais, que estarão subjacentes a todo nosso trabalho e apresentaremos a noção de gênero textual que serviu de inspiração para o surgimento de várias tendências em análise de gêneros. Destas elegeremos a norte-americana, apoiando-nos nas concepções de gênero e comunidade discursiva propostas por Swales (1990; 1992; 1998) e finalmente relacionaremos os movimentos retóricos que Swales considera como caracterizadores dos gêneros textuais às macroproposições da seqüência dominante nos textos correspondentes à peça genérica seção de justificativa de projeto de dissertação. Para a identificação das seqüências e segmentação das macroproposições nos apoiaremos no trabalho de Adam (1992), em que o autor propõe um estudo de textos a partir de protótipos de esquemas seqüenciais de base.

#### 2.1 Os gêneros textuais para Bakhtin

Na edição brasileira em que se publicou o capítulo “O problema dos gêneros do discurso” Bakhtin, (1997) começa com a seguinte afirmação: *“todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua”* (p. 279). O autor já não concebe a língua como sendo uma estrutura, mas um lugar de interação entre as pessoas. Ele explica ainda que não é de se admirar que os usos da língua, entendida desta forma, sejam tão complexos quanto as próprias esferas da atividade humana.

É partindo destas concepções que Bakhtin constrói seu conceito de gênero, que mais tarde viria a inspirar grande parte das pesquisas na área, inclusive esta. Para ele: *“qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denomina(mos) gêneros do discurso”* (BAKHTIN, 1997, p. 179).

Bakhtin (1997) salienta a heterogeneidade dos gêneros e diz ainda que sua riqueza e variedade são infinitas. Talvez esta heterogeneidade, que faz com que se incluam dentro de um mesmo conceito usos de língua tão diferentes quanto a réplica do diálogo cotidiano e a dissertação de mestrado, tenha levado o autor a considerar de “grande importância teórica” a divisão dos gêneros em dois grupos, o dos gêneros primários e o dos secundários.

Para o autor:

“Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gênero secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” (BAKHTIN, 1997, p. 281)

Há nesta definição uma certa confusão entre o que são os gêneros secundários e o que são esferas de comunicação, que se percebe quando o autor cita o discurso científico e o discurso ideológico como sendo gêneros secundários da mesma forma que o é o romance.

Entendemos que o romance seja de fato um gênero secundário como conceitua Bakhtin, que aparece em situações de interação social mais complexas, porém não nos parece adequado classificar o discurso político e/ou o científico como gêneros. Na nossa concepção estes discursos pertencem a esferas de comunicação, dentro das quais circulam

a dissertação de mestrado e o discurso de posse, por exemplo, que podem ser classificados como gêneros secundários.

O projeto de dissertação, cuja seção de justificativa é nosso objeto de análise neste trabalho, se incluiria aqui como um dos gêneros que circula na esfera acadêmica, em uma instância de comunicação mais evoluída, portanto pode ser caracterizado como um gênero secundário de acordo com este aporte teórico.

## **2.2 Os gêneros textuais para Swales**

### **2.2.1 O conceito de gênero**

A abordagem teórica de Swales (1990) está ligada às supracitadas concepções de Bakhtin, embora não haja nenhuma referência explícita ao pensador russo em seu trabalho. Para Swales, (1990) a linguagem é uma forma de interação entre sujeitos, tendo, portanto, natureza social. Segundo Hemais & Biasi-Rodrigues (2005), uma idéia que permeia o pensamento de Swales é a de que *“o texto deve ser visto em seu contexto e não pode ser completamente entendido e interpretado apenas por meio de uma análise de elementos lingüísticos”* e que *“o conhecimento em torno do texto em si é insuficiente para quem precisa redigir no contexto acadêmico”*.

Aquilo que há fora do texto em si mesmo é a intersubjetividade, a polifonia, as características dos sujeitos e seu reflexo no texto, a posição dos locutores, o lugar de interação entre outras características que eram apontadas já por Bakhtin (1997) e é este o ponto em que o pensamento dos dois autores se entrecruza.

Em sua conceituação de gênero, Swales afirma que:

O gênero é constituído de uma classe de eventos comunicativos, que compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e, portanto, constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha focado estreitamente numa determinada ação retórica

compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes que são herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém tipicamente precisam de validação adicional (SWALES 1990, p. 58).

Nesta concepção, o autor elege cinco elementos como caracterizadores do gênero.

Para Swales (1990), um gênero textual:

- constitui-se de uma classe de eventos comunicativos;
- partilha um conjunto de propósitos comunicativos;
- varia em sua prototipicidade em diferentes instâncias;
- submete-se a restrições quanto às possíveis contribuições em termos do seu conteúdo, posicionamento e forma;
- dispõe de uma nomenclatura da comunidade discursiva que é importante fonte de *insight* (SWALES, 1990, p. 58).

O primeiro deles é a idéia de classe. Para Swales (1990), o gênero é uma classe de eventos comunicativos, e o evento comunicativo, uma situação em que a linguagem verbal tem papel indispensável. O segundo elemento é o fato de que, nesta classe de eventos comunicativos, há um propósito cuja realização é função do gênero. O terceiro elemento do gênero é a prototipicidade. Para ser identificado como tal, um exemplar de gênero deve possuir determinada semelhança com outros exemplares. Os exemplares que guardam mais semelhanças com os demais são os chamados protótipos. O quarto elemento se refere à lógica própria que há subjacente ao gênero. De acordo com o propósito que é reconhecido por uma comunidade discursiva como próprio de um gênero, são geradas restrições formais de posicionamento e de conteúdo; assim, a forma poética, uma declaração de amor ou um posicionamento político-partidário estariam impedidos, pela lógica interna do gênero, de ocorrer em uma seção de justificativa de projetos de dissertação. A quinta característica apontada pelo autor refere-se à terminologia elaborada pela comunidade discursiva. O uso desta terminologia é um indicador do quanto o produtor conhece o gênero e do *status* que ele possui na comunidade discursiva onde o gênero circula.

Mais recentemente, em artigo produzido em co-autoria com Askehave (ASKEHAVE & SWALES, 2001), Swales revê o papel do propósito comunicativo na identificação dos gêneros textuais. O propósito comunicativo, que era entendido como o critério mais importante na identificação de um gênero e poderia, inclusive, ser um meio imediato para a sua classificação, perde este *status*. Assim, os participantes e os elementos da situação passam a ser considerados com maior cuidado.

Principalmente três motivos fizeram com que Askehave & Swales (2001) repensassem o conceito de propósito comunicativo. O primeiro deles foi, segundo Hemais & Biasi-Rodrigues (2005) “*a dificuldade em identificar claramente o propósito de um exemplar de gênero*”, já mencionada pelo próprio Swales em sua primeira versão do conceito (SWALES, 1990). O segundo motivo apontado pelas autoras é o fato de que “*o propósito comunicativo é menos visível que a forma e portanto dificilmente servirá como um critério básico para a conceituação de um gênero*”. O terceiro é que, embora os membros de uma comunidade discursiva tenham grande conhecimento sobre determinado gênero, eles podem não concordar sobre seu propósito, o que se confirma em nosso questionário, como se pode conferir no capítulo 1 desta dissertação.

Por conta disso, os autores propõem abandonar a noção de propósito comunicativo como meio imediato para a classificação dos gêneros, embora mantenham o propósito como critério privilegiado não na identificação dos gêneros, mas em função do resultado de uma investigação, na revisão do gênero.

Sustentamos este mesmo pensamento nesta dissertação. A noção de propósito comunicativo tem grande importância na identificação da organização retórico-argumentativa da peça genérica seção de justificativa, pois é justamente baseado nas intenções comunicativas do autor destes textos que propomos as unidades retóricas, ou seja, o critério privilegiado para a identificação das unidades retóricas é mesmo o propósito

comunicativo, que fica expresso nos nomes dados a cada uma destas unidades. Porém, uma descrição que apenas se fizesse com base no propósito comunicativo ficaria incompleta, e é por isso que, para melhor caracterizar a seção de justificativa de projetos de dissertação, tratamos de estudar as expectativas de especialistas da comunidade acadêmica em relação a esta peça genérica através da aplicação de um questionário, a forma como os autores tentam atingir seus propósitos comunicativos, através das subunidades retóricas e, finalmente, o modo como se configura a argumentação nestes textos, através da identificação das seqüências textuais que realizam as subunidades retóricas e que, por sua vez, cumprem os propósitos comunicativos da peça genérica em estudo.

### **2.2.2 A comunidade discursiva**

Acreditamos que a maior contribuição de Swales para os estudos de gêneros não é a sua definição do conceito de gênero em si, mas a introdução, no conceito de gênero, da noção de comunidade discursiva. Estes dois conceitos, na verdade, estão intrinsecamente relacionados em Swales, tornando-se praticamente impossível a compreensão de um independentemente do outro. Para o autor:

Comunidades discursivas são redes sociorretóricas que se formam a fim de atuar em torno de um conjunto de objetivos comuns. Uma das características que os membros estabelecidos dessas comunidades possuem é a familiaridade com gêneros particulares que são usados em causas comunicativas desse conjunto de objetivos. Em conseqüência, gêneros são propriedades de comunidades discursivas; o que quer dizer que gêneros pertencem a comunidades discursivas, não a indivíduos, a outros tipos de grupos ou a vastas comunidades de fala (SWALES, 1990, p. 9).

Pode-se perceber que há uma aproximação entre o conceito de comunidade discursiva e o conceito de esfera de Bakhtin, uma vez que ambos são lugares onde os gêneros são gerados. Estes conceitos não são, portanto, excludentes, mas eles também não são idênticos. Entendemos que, dentro de uma determinada esfera de atividades humanas, pode haver várias comunidades discursivas que se utilizam, na interação entre seus

membros, de gêneros textuais. Estes gêneros são próprios das comunidades discursivas, o que as autoriza a modificá-los e atualizá-los de acordo com as suas particularidades.

A comunidade discursiva foi primeiramente descrita por Swales (1990) como constituída pelas seguintes características:

1. possui um conjunto de objetivos públicos comuns amplamente aceitos;
2. possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros;
3. usa mecanismos de participação principalmente para prover informação e *feedback*;
4. utiliza e portanto possui um ou mais gêneros para a realização comunicativa de seus objetivos;
5. tem desenvolvido um léxico específico;
6. admite membros com grau adequado de conhecimento relevante e perícia discursiva.(SWALES, 1990)

A comunidade discursiva acadêmica já se enquadraria neste conceito sem maiores problemas, uma vez que, em primeiro lugar, possui o objetivo público comum de produzir e divulgar ciência e tecnologia, que é amplamente aceito, tanto por membros da comunidade quanto por não membros. Em segundo lugar, a comunidade discursiva acadêmica realiza congressos, encontros e seminários, constrói *sites* e bancos de dados (como a Plataforma Lattes) entre outras atividades que utiliza como mecanismos de intercomunicação de seus membros. Estas mesmas atividades servem também para permitir a participação de membros da comunidade discursiva na busca de seu objetivo comum de produzir e divulgar a ciência e a tecnologia, como nas seções de discussão que ocorrem ao final das apresentações de trabalhos científicos e servem tanto para prover informação quanto para dar *feedback*.

Em algumas situações, como no caso de defesas de teses, dissertações e monografias e no das qualificações de projetos de tese ou de dissertação, gênero que mais de perto nos interessa, esta participação e este *feedback* só podem ser dados por membros estabelecidos da comunidade, notadamente mais graduados e experientes que os autores

dos referidos trabalhos. Esta característica é dada pelo gênero (projeto de pesquisa, tese, dissertação) que ao lado de outros como artigo científico, apresentação de seminário, conferência, entre outros, são utilizados para a realização comunicativa do objetivo comum de divulgar a ciência e a tecnologia.

Os jargões científicos e a dificuldade de um leigo para entender textos científicos elaborados para circular dentro da comunidade acadêmica já expõem que esta possui um léxico altamente específico e os pré-requisitos de congressos (por exemplo: a exigência do título de doutor para participação em bancas de defesa de dissertações de mestrado e para propor o gênero mini-curso em congressos internacionais, a exigência de pelo menos um membro com título de doutor para propor o gênero mesa redonda, a exigência do título de mestre para propor o gênero comunicação individual, entre outras) demonstram a necessidade de um grau adequado de conhecimento e perícia discursiva para a admissão de membros na comunidade.

Swales (1992, p. 6) admite que estes critérios “não sobreviveram ao teste do tempo” e opera neles algumas adaptações. Tais adaptações não ferem as idéias defendidas anteriormente, elas apenas operam um afrouxamento das exigências postuladas, o que, por um lado, permitiu que mais grupos pudessem ser vistos como comunidades discursivas, mas por outro, deixou o conceito de comunidade discursiva mais obscuro, na medida em que ele se torna demasiadamente abrangente. A comunidade onde circula o projeto de dissertação, e, conseqüentemente, sua seção de justificativa, se enquadra até mesmo na primeira definição de comunidade discursiva oferecida por Swales.

Evidentemente, se as alterações na definição operam um afrouxamento das exigências, a comunidade acadêmica também se enquadra na definição reformulada que reproduzimos abaixo:

1) Uma comunidade discursiva possui um conjunto perceptível de objetivos. Esses objetivos podem ser formulados pública e explicitamente e

também ser no todo ou em parte estabelecidos pelos membros; podem ser consensuais; ou podem ser distintos mas relacionados (velha e nova guarda; pesquisadores e clínicos, como na conflituosa Associação Americana de Psicologia).

2) Uma comunidade discursiva possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros.

3) Uma comunidade discursiva usa mecanismos de participação para uma série de propósitos: para promover o incremento da informação e *feedback*; para canalizar a inovação; para manter os sistemas de crenças e de valores da comunidade; e para aumentar seu espaço profissional.

4) Uma comunidade discursiva utiliza uma seleção crescente de gêneros no alcance de seu conjunto de objetivos e na prática de seus mecanismos participativos.

5) Uma comunidade discursiva já adquiriu e ainda continua buscando uma terminologia específica.

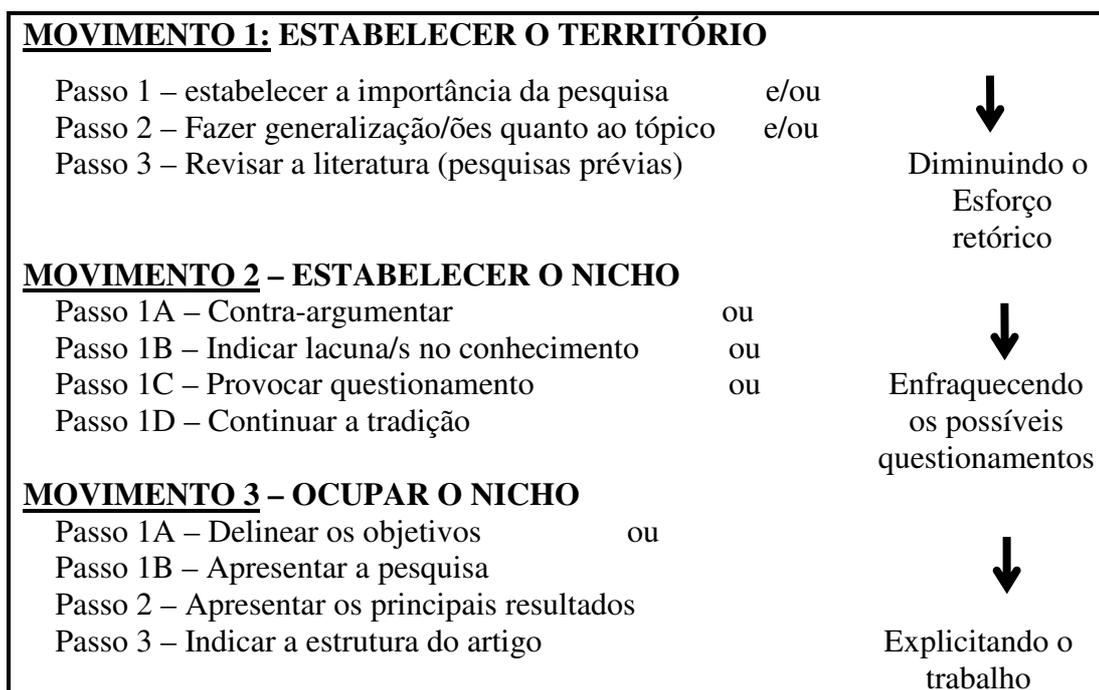
6) Uma comunidade discursiva possui uma estrutura hierárquica explícita ou implícita que orienta os processos de admissão e de progresso dentro dela (SWALES, 1992, p. 7)

Percebe-se que a modificação operada por Swales (1992) em seu conceito de comunidade discursiva ampliou bastante seu raio de ação. Na primeira característica apontada por ele, uma comunidade discursiva (CD) não possui um conjunto de objetivos públicos comuns amplamente aceitos, mas apenas um conjunto perceptível de objetivos. Não há modificação na segunda característica de uma CD, que permanece sendo a de possuir mecanismos de intercomunicação entre seus membros. Na terceira característica a transformação operada é a de que uma CD não usa seus mecanismos de participação **principalmente** para prover informações e *feedback*, mas os utiliza para uma série de propósitos, entre os quais o de “prover informações e *feedback*” está inserido. A modificação na quarta característica de uma CD é que ela não utiliza e possui um ou mais, mas uma seleção crescente de gêneros que circulam dentro dela. À quinta característica, Swales (1992, p. 16) acrescenta que uma CD não só tem desenvolvido um léxico específico, mas ainda continua atualizando este léxico e buscando uma terminologia específica. Finalmente, na sexta característica de uma CD, Swales assume que ela não apenas admite membros com grau adequado de conhecimento, mas também possui uma estrutura hierárquica implícita ou explícita que orienta os processos de admissão e progresso dos membros dentro da CD.

### 2.2.3 O modelo CARS

A partir, primeiramente da análise de um *corpus* de 48 introduções de artigos de pesquisa (APs) (SWALES, 1981) e depois de uma análise de 110 introduções de APs das áreas de física, educação e psicologia (SWALES e NAJJAR, 1987), Swales desenhou a primeira versão do modelo CARS (*Create a research space*), que tinha como objetivo, tal como em nosso trabalho, descrever uma peça genérica de elevada importância argumentativa no gênero do qual ela faz parte. Nesta versão, os resultados das análises apontaram uma regularidade de quatro movimentos, que foram descritos por rótulos específicos quanto ao conteúdo informacional de cada uma de suas partes, todas obrigatórias. São eles: movimento 1– Estabelecendo o campo de pesquisa; movimento 2 – Sumarizando pesquisas prévias; movimento 3 - Preparando a presente pesquisa; movimento 4 – Introduzindo a presente pesquisa (SWALES, 1984, p. 80).

Segundo o próprio autor, (1990, p. 140), experiências de outros pesquisadores com o modelo mostraram algumas dificuldades, entre elas a de identificar o limite entre os movimentos 1 e 2, o que o levou a rerepresentar o modelo, reduzindo os movimentos de 4 para 3, mas acrescentando aos movimentos, que continuam obrigatórios, passos opcionais e obrigatórios em cada um, como se pode observar a seguir:



**Figura 1 - Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisa (SWALES, 1990 p.141)**

Este é o modelo de organização retórica (SWALES, 1990) que adaptamos para a descrição da organização da seção de justificativa de projetos de dissertação. Ele revela uma arquitetura textual constituída de três movimentos retóricos, preenchidos com diferentes passos, que cumprem funções específicas, relacionadas ao propósito comunicativo da peça genérica por ele descrita. Os três movimentos retóricos são considerados pelo autor obrigatórios em introduções de artigos de pesquisa, porém as partículas “e/ou” e “ou” que aparecem entre os passos indicam a opcionalidade destes. As setas apontando para baixo indicam o movimento de organização das informações, do geral para o particular, em função do esforço retórico dispendido para se chegar aos aspectos específicos que constituem a pesquisa propriamente dita.

Partimos do pressuposto de que alguns destes movimentos ou passos, identificados por Swales (1990) em introduções de artigos de pesquisa, também seriam recorrentes em seções de justificativa de projetos de dissertação, uma vez que a introdução de artigos e de

outros gêneros acadêmicos e a seção de justificativa possuem o propósito comunicativo comum de convencer o leitor a respeito da relevância da pesquisa que o autor relata no texto que vem a seguir no artigo e no projeto. Alguns passos do movimento 1, como o passo 1 – estabelecer a importância da pesquisa e passo 3 – revisar a literatura (pesquisas prévias), e do movimento 2, como passo 1A – contra-argumentar, passo 1B – indicar lacunas/s no conhecimento e passo 1C – provocar questionamento, relacionam-se a este propósito comunicativo, o que reforçou ainda mais nossa intenção de adaptar este modelo para a descrição da peça genérica seção de justificativa.

#### **2.2.4 Contribuições para a teoria de Swales**

Vários pesquisadores, tanto no exterior quanto no Brasil, empreenderam suas pesquisas partindo das concepções de Swales e adaptaram seu modelo à descrição de algum gênero ou peça genérica.

Vijay K. Bhatia, discípulo de Swales, também reaplicou princípios teórico-metodológicos de Swales em suas pesquisas. Especificamente, Bhatia (1993) analisa *cartas de promoção de vendas*, um gênero do mundo dos negócios, a partir do modelo CARS (SWALES, 1990). Já sobre as comunidades discursivas, Bhatia afirma em um artigo mais recente que:

Uma das características mais evidentes de qualquer comunidade discursiva profissional ou acadêmica é a disponibilidade e uso característico de um conjunto de gêneros que seus membros consideram adequados aos objetivos desta comunidade. (BHATIA, 1997, p. 644)

Para ele, a análise de gêneros é o estudo do comportamento lingüístico em contextos acadêmicos ou profissionais e os gêneros se definem essencialmente pelo uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados. O autor chama a atenção para três aspectos convencionais relacionados entre si que têm se destacado na literatura sobre

gêneros: a) recorrência de situações retóricas, b) propósitos comunicativos compartilhados e c) regularidades de organização estrutural.

Entre estes aspectos, os propósitos comunicativos são por ele apontados como a noção mais central para a teoria de gêneros. Citando Berkonkotter e Huckin (1995), ele afirma que:

gêneros são estruturas retóricas inerentemente dinâmicas que podem ser manipuladas de acordo com as condições de uso, e que o conhecimento de gêneros é, por conseguinte, melhor conceituado como uma forma de cognição situada e imbricada em culturas disciplinares. (BERKONKOTTER e HUCKIN, 1995 apud BHATIA, 1997)

Apesar de os gêneros possuírem uma tendência natural à inovação, para o autor, a mudança, na maioria das vezes, só pode ser explorada pelos membros experientes da comunidade discursiva em questão, e se realizam “*antes dentro do que fora das fronteiras do gênero*” (BHATIA, 1997, p. 06).

Uma das críticas que este autor faz a seu mestre é a de que Swales subestima os fatores psicológicos envolvidos na construção de textos, diminuindo assim a importância dos aspectos táticos da construção do gênero, quando se sabe que estes fatores desempenham um papel importante nesta construção, vista como processo social dinâmico.

Outro trabalho que critica as concepções de Swales é o de Miller (1994). Para ela “a teoria retórica ainda não proveu uma orientação precisa sobre o que constitui um gênero” (1994, p. 23). A autora acredita que ele é composto por uma constelação de formas reconhecíveis unidas por uma dinâmica interna e aponta cinco características deste fenômeno lingüístico tal como o entende. São as seguintes:

1. Gênero recorre a uma categoria convencional de discurso fundada em grande escala na tipificação da ação retórica, que como ação, adquire significado na situação e forma o contexto social no qual ela surgiu.
2. Como ação significante, o gênero é interpretável por meio de regras: As regras de gênero ocorrem em um nível relativamente alto e em uma hierarquia de regras para a interação simbólica.
3. O gênero é distinto de forma: A forma é o termo geral mais usado para todos da hierarquia. O gênero é uma forma em um nível particular que é a fusão das formas mais baixas de nível e substância característica.

4. Os gêneros servem como substância das formas em níveis mais altos: Como padrões periódicos do uso do idioma, o gênero ajuda a constituir a substância da nossa vida cultural.
5. Um gênero é um meio retórico para mediar intenções privadas e exigência social: Isso motiva a conectar o privado com o público, o singular com o periódico.

(MILLER, 1994, p. 37)

Apesar de definir estas características, a pesquisadora norte-americana não acredita que elas sejam suficientes para permitir a quantificação de características formais ou a elucidação de uma hierarquia completa de regras que compõem um determinado gênero. Diz que o que nós aprendemos quando apreendemos um gênero não é exatamente um padrão de formas e sim objetivos que podemos ter no uso que fazemos da língua. Segundo ela, *“Para o estudante, o gênero serve como uma chave para o entendimento de como participar nas ações da comunidade”* (MILLER, 1994, p. 39).

Partindo desta interessante visão, cremos que se justifica a necessidade da descrição das características mais relevantes da peça genérica seção de justificativa do gênero projeto de dissertação, visto que esta peça serve como “bilhete de entrada” para a participação de seu produtor na interação entre os membros da comunidade acadêmica e que é crucial na avaliação da pertinência da pesquisa que ele pretende desenvolver. Esta descrição se revela ainda mais relevante se lembrarmos que a peça genérica em tela é produzida por membros iniciantes na comunidade discursiva acadêmica, que realizaram esta produção, na maioria das vezes, apenas uma vez.

### **2.2.5 Adaptações do modelo CARS**

Um dos trabalhos de adaptação do modelo CARS a outros gêneros que merece destaque é o de Bezerra (2002), que estudou resenhas acadêmicas em sua dissertação de mestrado e destaca a influência do propósito comunicativo na composição desse gênero. O autor comparou as estratégias de condução das informações utilizadas em resenhas escritas por teólogos e publicadas em revistas de importância reconhecida na área com as utilizadas

por alunos do Curso de Teologia, escritas como atividade didática para investigar as diferenças entre a escrita de membros proficientes e iniciantes na comunidade discursiva e como estas diferenças se revelam no texto. Bezerra percebeu que uma das informações que parecia obrigatória nos textos dos membros proficientes da comunidade discursiva, a “*avaliação crítica do livro*”, teve uma recorrência muito reduzida em resenhas de alunos.

O pesquisador demonstra que membros iniciantes na comunidade discursiva acadêmica, público que também será investigado por nós, nem sempre compartilham com os membros mais proficientes as mesmas idéias em relação ao propósito comunicativo e às informações mais relevantes em um gênero textual específico. Já que a peça genérica seção de justificativa de projeto de dissertação é produzida por alunos recém-ingressos nas discussões da comunidade acadêmica e avaliada por membros proficientes desta mesma comunidade, esta questão merece nossa atenção.

Na comunidade acadêmica circulam vários gêneros que revelam objetivos e convenções mais ou menos partilhados, considerando que essa comunidade se constitui de membros experientes e de iniciantes. Parece-nos que descrever os gêneros produzidos pelos membros iniciantes e as convenções com as quais eles precisam se familiarizar é tarefa fundamental para se entender como se processa o ingresso e a participação destes membros nas discussões da comunidade acadêmica.

Outros pesquisadores brasileiros também replicaram o modelo CARS, especialmente em gêneros formais, como resumos (SANTOS, 1995; MOTTA-ROTH e HENDGES, 1996; BIASI-RODRIGUES, 1998; OLIVEIRA et al. 2001), resenhas de livros científicos (MOTTA-ROTH, 1995; ARAÚJO, 1996), ou seções de gêneros acadêmicos, como as de revisão da literatura (HENDGES, 2001) e de introduções (ARANHA, 1996), a exemplo de Swales (op. cit.), o que comprova que o modelo proposto por Swales tem se revelado adequado e produtivo para a descrição dos mais diversos gêneros acadêmicos.

Também Sousa (2004) adaptou o modelo CARS para descrever um gênero textual, o editorial de jornal. Apesar de este gênero não fazer parte do domínio acadêmico, a pesquisa da autora será apresentada em pormenores mais adiante, pois representa uma contribuição significativa em relação a este trabalho, uma vez que ela descreve o gênero editorial, estabelecendo relações entre a sua organização retórica e as seqüências textuais que nele se realizam.

### **2.3 As seqüências textuais para Adam**

O autor francês Jean Michel Adam (1992), tributário das noções de gênero bakhtinianas, nos dará o embasamento teórico necessário para a identificação das seqüências textuais dominantes nas seções de justificativa de projetos de dissertação. A proposta de Bakhtin (1997, p. 323) de que os gêneros são “*conjuntos de enunciados relativamente estáveis*” e, sobretudo, a divisão que o autor opera entre os gêneros primários e os secundários são de fundamental importância para a construção do conceito de seqüência em Adam (1992), uma vez que este último se propõe a, com a descrição das seqüências, descrever os gêneros primários de Bakhtin (1997). Para Adam (1992) os gêneros primários parecem ser tipos nucleares mais estáveis que são responsáveis pela estruturação dos gêneros secundários.

Sua proposta parte da idéia de que o texto é formado de proposições que, em seu conjunto, desenvolvem uma forma mais ou menos característica a partir de um processo de fixação sócio-histórico que já é apontado por Bakhtin (1997). Este processo de formação de uma seqüência apresenta, segundo ele, duas dimensões: a configuracional e a seqüencial. A primeira diz respeito a uma série de pressupostos semântico-pragmáticos que caracterizam o ambiente em que a seqüência textual funciona e que exercem determinada força de configuração sobre ela. A segunda diz respeito à organização do texto

propriamente dito, em seqüências de proposições típicas. A seqüência textual, na dimensão seqüencial, é um grupo de proposições textuais que assumiu determinada(s) característica(s) típica(s) em um esquema característico, o que permite seu reconhecimento em vários *gêneros textuais*. Adam (1992) toma estas seqüências como ponto central para a operacionalização de um quadro conceitual, classificando cinco seqüências textuais: a narrativa, a descritiva, a argumentativa, a explicativa e a dialogal. A respeito destas pesquisas em tipologias de textos Bonini (1999, p. 304) afirma que:

A pesquisa em tipologia de textos apresenta hoje, entre outras, duas abordagens principais: uma que estuda o texto a partir de um conjunto de unidades típicas básicas que se agrupam de forma heterogênea para formar gêneros (de Adam e seus seguidores) e outra que vê o texto como um produto final formado dentro de determinada comunidade discursiva, cumprindo propósitos comunicativos convencionais desta comunidade e apresentando determinada configuração típica (de Swales e seus seguidores).(BONINI, 1999, p. 304)

Acreditamos que poderemos descrever a peça genérica seção de justificativa de projetos de dissertação utilizando complementarmente estas duas abordagens, porque, como afirma Sousa (2004), a seqüência textual é um recurso composicional que estabiliza o gênero e, podemos dizer, que tal recurso está intimamente relacionado a outros fatores composicionais que podem ser identificados com base nas convenções concebidas por Swales (1990) para a análise de gêneros.

Adam (1992) considera a construção do conceito de seqüência textual de fundamental importância no estudo dos gêneros textuais. Para ele, enquanto os gêneros são eles próprios componentes da interação social, a seqüência é um plano de organização textual presente na composição dos gêneros, constituindo-se de organizações lingüísticas formais dentro de um dado gênero. Segundo o autor, cada texto pode ser constituído por um certo número de seqüências que podem apresentar todas as suas fases expressas (completas) ou a elipse de uma ou de algumas de suas fases (incompletas). Cada seqüência,

por sua vez, é constituída por um conjunto de macroproposições, cada uma delas também constituída por uma ou mais proposições, chegando-se, assim, à seguinte fórmula geral:

(T (Seqüência(s) (Macroproposições (Proposições))))

A noção de seqüência em Adam (1992) se constrói sobre cinco conceitos-chave: os conceitos de gênero e de enunciado de Bakhtin ([1929]2002, 1997), de protótipo de Rosch (1978) e os conceitos de tipo de texto de Werlich ([1976] 1983) e superestrutura de van Dijk (1978). O autor tenta aproximar os quadros teóricos da Linguística Textual e da Análise do Discurso francesa, apontando o texto como um objeto que é circundado e determinado pelo discurso.

Adam defende que a Linguística Textual deve, partindo da enunciação ou das práticas discursivas (em que se localizam o gênero, o discurso, o interdiscurso e as práticas sociais), estudar o modo como os mecanismos de textualização se constroem e se caracterizam. A seqüência textual é para ele um desses mecanismos e é, portanto, vista como um conjunto de proposições psicológicas (arranjadas como uma superestrutura) que se estabilizaram como recurso composicional dos vários gêneros. O fato de ser lingüisticamente estável é que possibilita sua determinação (mais facilmente em relação ao gênero), embora ela também ocorra de modo heterogêneo nas realizações textuais. Bakhtin (1997) concebe os gêneros como “tipos relativamente estáveis de enunciados” e propõe duas categorias de gêneros: os primários (tipos simples de enunciados) e os secundários (tipos complexos que incorporam os simples). Adam (1992) propõe que os gêneros primários sejam vistos como tipos nucleares, menos heterogêneos que os secundários, e como responsáveis pela sua estruturação (cf. BONINI, 2005).

As seqüências textuais de Adam (1992) são correspondentes aos gêneros primários de Bakhtin (1997), ou seja, como explica Bonini (op. Cit, p. 210): “*Os gêneros primários são concebidos, então, como seqüências textuais, ou seja, como componentes textuais,*

*compostos por proposições relativamente estáveis e maleáveis, que atravessam os gêneros secundários”.*

A princípio, Adam (1987) havia concebido sete tipos de seqüência (narrativa, descritiva, argumentativa, expositivo-explicativa, injuntivo-instrucional, conversacional e poético-autotélica). Depois (1992), reduziu para cinco tipos (narrativa, descritiva, explicativa, argumentativa e dialogal). A respeito desta redução, Bonini (2005) explica que Adam excluiu a seqüência injuntiva, por considerá-la parte da descritiva, e a poética, por considerar o texto poético como o resultado de ajustes de superfície na base do texto, e não exatamente uma estrutura hierárquica e ordenada de proposições. Para Bonini:

Dois traços, portanto, caracterizam uma seqüência. Por um lado, ela corresponde a um conjunto hierarquicamente organizado de macroproposições. Cada uma das macroproposições dá conta de uma das características da seqüência e pode ser atualizada por uma ou várias proposições na superfície do texto (...) Por outro lado, as seqüências são atualizadas no texto mediante as exigências pragmáticas do enunciado (correspondentes em parte ao gênero), o que faz com que uma seqüência prototípica se mostre, na superfície textual, geralmente de modo parcial em relação aos seus traços típicos. (BONINI, 2005, p. 217/218)

Neste trabalho, nos deteremos principalmente na seqüências argumentativa, que esperamos encontrar na condição de seqüência dominante <sup>2</sup>na maioria das seções de justificativa de projetos de dissertação que analisarmos, como sugere o propósito comunicativo da seção de justificativa de projetos de dissertação, que é o de convencer o leitor a respeito da relevância da pesquisa proposta.

Apesar de Adam, ao explicar o protótipo da seqüência explicativa, falar da justificativa como uma forma particular da explicação, ele próprio afirma:

É necessário dizer algumas palavras sobre isso que eu considero uma forma particular e explicação: a justificativa. (...) Eu me contento aqui em seguir J. B. Grize (1981b, p. 8) que define a justificativa como uma resposta à pergunta << por que afirmar isso?>>”. Entretanto devemos diferenciar também a justificativa, como uma forma particular de explicação, e da seqüência explicativa, que está no nível da organização pragmática. (ADAM, 1992, p. 129)

---

<sup>2</sup> Adam entende que o texto é uma unidade composta por unidades menores sub-ordenadas em diversos níveis e ordenadas hierarquicamente. Entendemos a seqüência dominante como o primeiro destes níveis, dentro do qual unidades menores (que podem ser as seqüências inseridas) se ordenam.

Apesar de a peça genérica que estudamos ser denominada “seção de justificativa”, seu propósito comunicativo não é o de responder a uma pergunta do tipo “*por que afirmar isso?*”. O propósito comunicativo de uma seção de justificativa é, na verdade, o de convencer o leitor a respeito da necessidade e da importância da pesquisa que o autor se propõe a desenvolver, fato que nos autorizou a pressupor que a seqüência dominante mais prototípica nesta peça genérica seria a argumentativa.

Entretanto, diante da extrema heterogeneidade tipológica que permeia os textos, ressaltada por todos os autores citados neste capítulo, não poderíamos fechar os olhos para outras seqüências textuais que se materializam em exemplos de peças genéricas que estudamos em nosso *corpus*. Por isso, consideramos necessária uma análise qualitativa de outras seqüências, que podem ser encontradas inseridas na argumentativa em seções de justificativa de projetos de dissertação.

### **2.3.1 O protótipo da seqüência narrativa**

Antes de iniciar a descrição propriamente dita de seu protótipo da seqüência narrativa, Adam (1992) faz um longo histórico dos estudos da narrativa, que se inicia pela poética de Aristóteles e passa pela morfologia do conto de Propp (1928), pela lógica da narrativa de Bremond (1973) e ainda por Paul Ricoer e Greimas, entre outros.

Primeiramente, Adam (1992) afirma que toda narrativa pressupõe um processo, que pode ser representado pelo seguinte esquema aristotélico:

Situação inicial	transformação	Situação final
Início	Processo	depois
Começo	meio	fim

Figura 2 - Esquema aristotélico da narrativa (ADAM, 1992, p. 49)

A partir deste esquema, o autor propõe as duas primeiras macroproposições de seu esquema de base para a narrativa. A proposição narrativa 1 e a proposição narrativa 5 (doravante Pn1 e Pn5) correspondem respectivamente à situação inicial e à situação final. Estas duas proposições são, para Adam (1992), mais próximas da descrição, por representarem o momento de equilíbrio da ação.

Em seguida ele descreve as três macroproposições centrais de seu protótipo, onde se dá o processo mais importante para a caracterização da seqüência narrativa: o procedimento de “criar uma intriga”. A criação da intriga se dá a partir da Pn2 – complicação. Segundo Adam (1992), é comum que esta macroproposição seja introduzida no discurso pelo conector “MAS”. É neste ponto que se destrói o equilíbrio inicial apresentado na Pn1 e onde a narrativa começa a ganhar corpo. A Pn4 – resolução é o contraponto da Pn2, o lugar onde se sai da Pn3 – (re) ação e de onde decorre a volta ao equilíbrio (Pn5 – situação final). Adam (1992) deixa claro que, quando se constata que o problema apresentado na Pn2 (complicação) não tem solução, esta própria constatação é que constitui a Pn4 (resolução). O autor afirma ainda que a macroproposição Pn4 não raro é marcada pelo conector “ENTÃO” que introduz a volta ao estado de equilíbrio apresentado na Pn5 – situação final.

A Pn3 – (re) ação, ou avaliação – corresponde ao corpo da narrativa, onde se situam a passagem do tempo e as ações das personagens entre a situação de desequilíbrio introduzida pela Pn2 e a volta ao equilíbrio realizada pela Pn4.

Antes de concluir a caracterização do protótipo da seqüência narrativa, Adam ainda acrescenta uma macroproposição avaliativa que se refere ao efeito produzido pela narrativa. Esta macroproposição, segundo Adam (1992), pode aparecer explícita ou não, dependendo do gênero em que ela se realiza. Provavelmente por conta do caráter facultativo de sua realização no texto, ele prefere utilizar para representá-la a letra grega “ $\Omega$ ” no lugar de um número e a indica no modelo através de uma linha pontilhada, conforme se vê na Figura 3, a seguir.

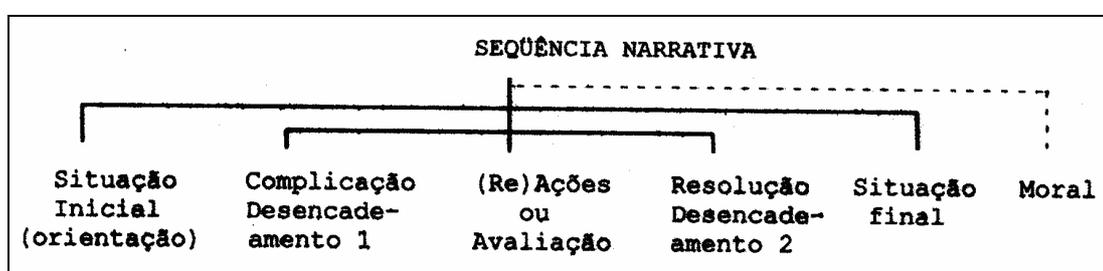


Figura 3 - Protótipo da seqüência narrativa (ADAM, 1993, p. 57).

Podemos perceber nessa figura que há ligações diretas entre a Pn1 e a Pn5 e que no espaço entre elas há, também, ligadas mais diretamente as Pn2, Pn3 e Pn4. Percebemos ainda que a linha que liga estas 5 macroproposições é diferente da encontrada na Pn $\Omega$ , que é pontilhada para representar a facultatividade da macroproposição que ela representa.

### 2.3.2 O protótipo da seqüência descritiva

Outra seqüência que pode ser encontrada em seções de justificativa de projetos de dissertação é a descritiva, que, segundo Adam (1992, p. 76), é a menos autônoma dentre todas. Segundo ele, esta seqüência dificilmente é a dominante em um texto, já que ninguém descreve simplesmente por descrever. O autor cita os estudos da estética clássica que, segundo ele, tratavam a descrição como uma seqüência sem ordem ou limites. Estes

estudos afirmavam que a unidade composicional da narrativa é que servia de referência para a descrição.

Adam, fazendo referência a Paul Valéry<sup>3</sup>, afirma que toda descrição se resume à enumeração de partes ou aspectos de alguma coisa, e compara a anarquia da descrição com a ordem da narração.

Depois de levantar estas questões, Adam (1992, p. 80) se posiciona afirmando que o procedimento descritivo é bem mais estruturado do que se pretende geralmente. Em seu sentido mais geral, ele consiste na determinação de um rótulo e de um conjunto de propriedades relacionadas ao texto, o que leva muitos autores a ver no “verbete de dicionário” a sua realização mais característica. Ele afirma ainda que a descrição possui um grau zero, e que este seria a enumeração. Este grau zero de descrição nos parece bastante comum em textos acadêmicos e, portanto, pode ser encontrado em seções de justificativa de projetos de pesquisa em várias ocasiões, como, por exemplo, realizando a Subunidade 2.1 da Unidade Retórica 2, em que o autor do projeto de pesquisa cita teorias ou teóricos que lhe servirão de base na pesquisa. (ver modelo, p. 66)

### **2.3.2.1 As operações que permitem fixar um tema-título**

Adam (1992) descreve o esquema prototípico da descrição como um repertório de operações de construção de macroproposições. Para ele, este protótipo difere do narrativo por não ser linear. Mas o fato de não ser linear não faz da descrição uma seqüência sem ordem ou limites como propunham os estudos da estética clássica. Para Adam (1992) o protótipo da descrição é estrito e obedece a uma hierarquia. Ele defende que são apenas quatro os procedimentos descritivos, a saber: procedimento de ancoragem, procedimento de aspectualização, procedimento de colocar em relação e subtematização.

---

<sup>3</sup> Oeuvres, Pléiade, tome 2, pp. 1324-1325.

Através do procedimento de **ancoragem**, o autor de um texto descritivo coloca em seu texto o primeiro fator de ordem do protótipo da descrição, o tema-título. Adam explica que este tema-título é um artefato lexicográfico que será ancorado como em um verbete de dicionário, a partir do qual se darão os outros procedimentos descritivos. Este procedimento de ancoragem pode se dar de três formas: **Ancoragem propriamente dita**, em que o tema-título aparece no início da descrição; **colocação** em que o tema-título aparece no final e **reformulação**, em que o tema-título inicial é reformulado no final da descrição.

A descrição, para Adam, é um tipo de exposição de diversos aspectos e, como dito anteriormente, a enumeração de exemplos é uma espécie de grau zero dela. A operação de ancoragem é responsável por colocar em evidência um todo (o tema-título) e a operação de **aspectualização** fica responsável por decompor o todo (tema-título) em partes, colocando em evidência suas qualidades e propriedades.

Adam (1992) sublinha ainda o caráter avaliativo, provavelmente comum em seções de justificativa, que está presente na descrição. Para o autor, e para nós também, os adjetivos selecionados no processo de aspectualização podem ser relativamente neutros, como quando se coloca sob um tema-título “caneta” um adjetivo como “de tinta azul”, mas podem também revelar juízos de valor em grande escala, como quando se diz a respeito de qualquer coisa que ela é “bonita ou feia”, “boa ou ruim”, “alta ou baixa”, “adequada ou inadequada”, etc.

Estes adjetivos, segundo Adam (1992) ditos axiológicos, podem permear textos em que a seqüência descritiva aparece como inserida da seqüência argumentativa e servir-lhe para a construção do convencimento, procedimento que também julgamos provável em seções de justificativa de projetos de dissertação. A operação de **colocar em relação**

corresponde a uma operação de assimilação e, segundo o autor, pode ser comparativa, metafórica ou metonímica.

Já a operação de **subtematização** é a passagem das macroproposições descritivas de um nível 1 para níveis mais baixos. Funciona como um processo de aspectualização que cria um novo tema-título subordinado ao primeiro. Este processo é teoricamente infinito, pois qualquer que seja o aspecto que salientamos de um todo, este também pode ser subtematizado e reaspectualizado.

Estes componentes são apresentados em um esquema virtual (Figura 4). O termo virtual justifica-se, neste caso, no sentido de que os processos expostos no esquema não estão dispostos exatamente na ordem em que possam caracteristicamente ocorrer, mas de forma a compor um quadro desses processos. Perceba-se que o que está no esquema como tematização, em níveis mais abaixo do tema-título é o que chamamos aqui de processo de subtematização.

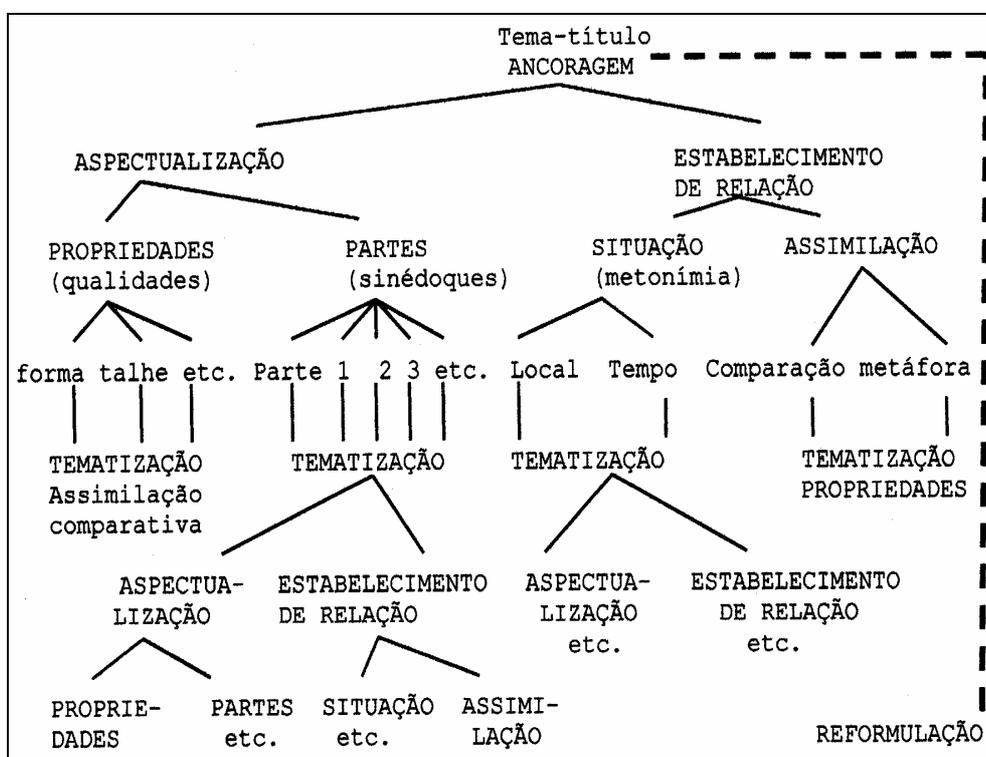


Figura 4 - Esquema típico da seqüência descritiva (ADAM 1992, p. 84).

### 2.3.2.2 Texto explicativo ou descrição de ações?

Adam explica ainda no capítulo em que trata do protótipo da seqüência descritiva que não se pode considerar os textos que normalmente ocorrem em gêneros como a receita de cozinha, o horóscopo e o boletim meteorológico como um tipo de seqüência específico (explicativo). Isto porque, segundo ele, estes textos já se encaixam no protótipo da seqüência descritiva.

Adam utiliza-se de uma receita de cozinha para exemplificar a adequação do seu protótipo descritivo para a caracterização dos textos que compõem estes gêneros. Em sua análise ele diz que:

- a) O nome da receita que corresponde perfeitamente ao tema-título (operação de ancoragem) da seqüência descritiva.
- b) A lista de ingredientes necessários que – grau zero da descrição – corresponde à enumeração dos componentes (ainda separados e crus) do todo. (ADAM, 1992, P. 95-98)
- c) [A porção textual que vem logo depois da enumeração dos ingredientes é uma] descrição de ações a executar corretamente para obter um prato cobiçado.

Adam explica ainda que a seqüência de descrição das ações não deve se confundir com a seqüência narrativa, pois descreve atos sucessivos que explicam como transformar os ingredientes da lista (partes) no todo que corresponde ao tema-título da descrição.

Logo em seguida o autor parece se contradizer, ao afirmar que “*podemos considerar os textos explicativos e injuntivos-instrucionais como um tipo bem individualizado situado em um continuum entre a narração e a descrição*” (p. 98).

### 2.3.3 O protótipo da seqüência argumentativa

Ao conceber um protótipo de seqüência argumentativa, Adam (1992) afirma que se faz necessário considerar a relação “dado-conclusão”, uma vez que determinado argumento pode servir para ancorar ou para refutar uma determinada conclusão. O autor procede a uma análise da relação entre segmento ancorado (conclusão) e segmento

ancorante (dado) no seu protótipo de seqüência argumentativa. Ele acredita que, para demonstrar ou refutar uma tese, nem sempre se parte de premissas explicitadas. Seu esquema prototípico não é de ordem linear, de modo que algumas macroproposições podem estar subentendidas.

Segundo Adam (1992), a estrutura de base deste esquema se resume a três macroproposições (dados, escoramento de inferências e conclusão) e a ordem dos seus constituintes pode variar bem mais que a ordem dos constituintes de uma seqüência narrativa ou descritiva. A conclusão, por exemplo, pode aparecer no início ou no final do texto.

### **2.3.3.1 Ancoragem argumentativa das proposições**

Adam (1992) afirma que a ancoragem argumentativa está na base de toda asserção argumentativa (p. 105). Para ele, a operação de relacionar *dados* e *conclusão* constitui, ela mesma, o esquema de base da argumentação. Este relacionamento, explica o autor, pode acontecer na materialidade do texto ou não, ou seja, tanto pode estar explícito como implícito. Segundo o autor, aplicamos regras de inferência que são confirmadas ou contraditas durante toda a argumentação. Quando não contradizemos a regra de inferência temos um esquema do tipo: “Proposição p [dado] + regra de inferência = conclusão q” e, quando aparece a contradição, a aplicação da regra de inferência passa pela aplicação de uma restrição, que inviabilizará a interpretação a partir da regra de inferência, gerando no esquema mais uma regra, a da restrição, como mostra a Figura 5:

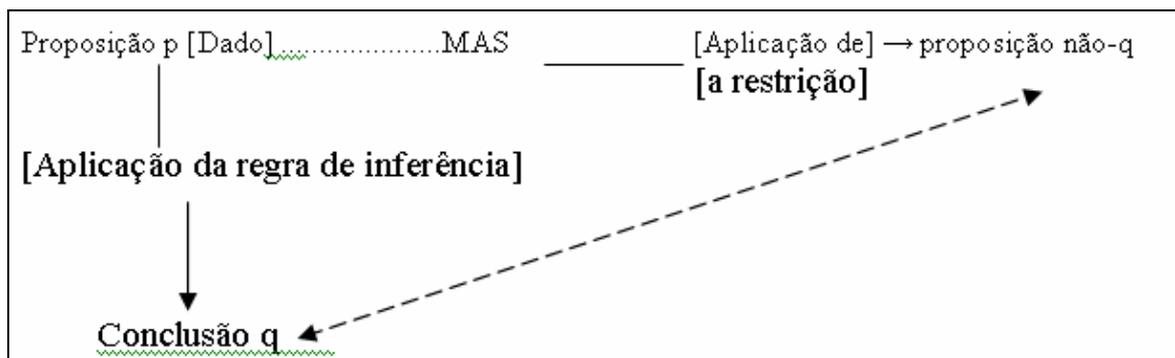


Figura 5 – Aplicação de restrição a uma regra de inferência (ADAM, 1992, p. 106)

Perceba-se na figura que a aplicação da regra de inferência à proposição p [dado] resultaria em uma conclusão q. Entretanto, o conector MAS indicou a aplicação de uma restrição, que levará a uma conclusão que será representada pela proposição não-q, ou seja, teremos uma conclusão contrária àquela que teríamos caso não houvesse a aplicação da restrição.

Adam (1992) defende que, com um estudo cuidadoso das regras de inferência, é possível propor uma tipologia de formas de argumentação e distingui-la da demonstração. Para ele, a diferença entre demonstração e argumentação parece estar na forma de encadear os enunciados. A primeira dá um encadeamento dedutivo às proposições enquanto que a argumentação propriamente dita encadeia as proposições de forma indutiva e a partir de silogismos e entimemas. O autor previne que a forma de silogismos completos é pouco comum, e que “o discurso natural recorre mais voluntariamente ao entimema” (ADAM, 1992, p. 112).<sup>4</sup>

### 2.3.3.2 Do esquema de ancoragem ao protótipo

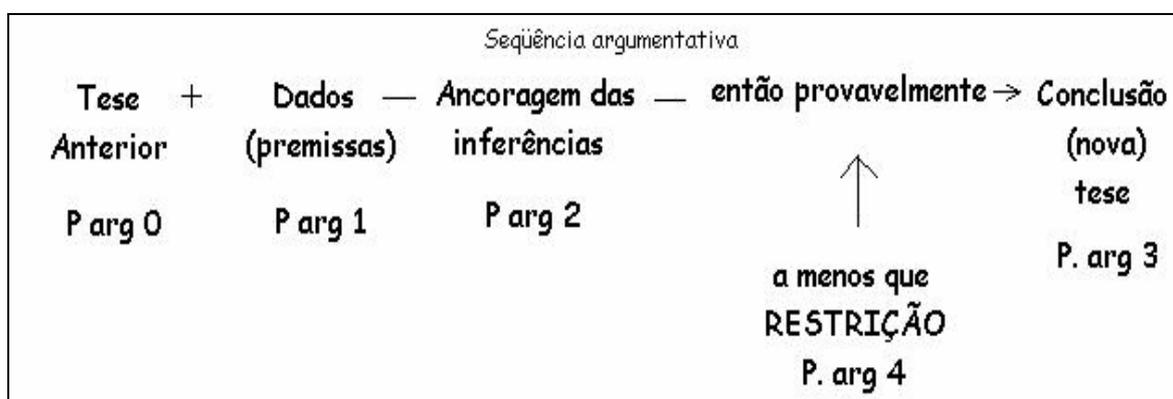
Para passar do esquema de ancoragem ao protótipo da seqüência argumentativa, Adam (1992) se vale de uma definição de Ducrot em que este último diz:

<sup>4</sup> Entimemas são silogismos sem alguma de suas partes, ou com alguma destas partes ([dados (premissa maior e menor) → conclusão] implícita).

Um grande número de textos literários, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, se apresentam como raciocínios. Seu objetivo é demonstrar, ou refutar uma tese. Para fazê-lo, eles partem de premissas, nem sempre explicitadas em algum lugar, consideradas como incontestáveis, e tentam mostrar que não saberíamos admitir essas premissas sem admitir também tal ou tal conclusão – a conclusão sendo ou a tese a demonstrar, ou a negação da tese de seus adversários. E, para passar das premissas às conclusões, eles utilizam diversos passos argumentativos que eles pensam que nenhum homem sensato pode se recusar a realizar.” (DUCROT apud ADAM 1992, p. 117)

Apesar de a definição de Ducrot estar em um contexto lingüístico e não textual, ela está em conformidade com a idéia que Adam (1992) pretende defender de que tanto demonstrar quanto refutar uma tese pressupõe um mesmo movimento: partir de premissas (dados) que não conseguimos admitir sem admitir também tal conclusão.

O protótipo que o autor propõe para a seqüência argumentativa (apresentado na Figura 6) contempla este movimento (dados → argumentos → conclusão) e a ele acrescenta a possibilidade de restrição, aqui apresentada em 2.3.3.1.



**Figura 6 - Protótipo da seqüência argumentativa (ADAM 1992, p. 118)**

Adam (1992) explica que o esquema de base da argumentação é composto apenas pelas macroproposições P. arg 1, P. arg 2 e P. arg 1, e que este esquema de base apóia-se na macroproposição P. arg 0 – tese anterior – particularmente no caso da refutação. Ele afirma ainda que a macroproposição P. arg 3 – conclusão/ nova tese – pode vir subentendida desde que não se comprometa a legibilidade do movimento argumentativo.

Sousa (2004) nos dá uma breve explicação de cada uma destas macroproposições, que reproduzimos abaixo.

P. arg 0 Tese anterior: é uma conclusão inicial que se pode fazer a partir das primeiras informações (dados) fornecidas pelo texto. (pode estar subentendida).

P. arg 1 Dados: correspondem aos argumentos que ancoram a conclusão.

P. arg 2 Escoramento de inferências: diz respeito aos “princípios” que dão sustentação aos dados. São implícitos.

P. arg 4 Restrição: corresponde aos argumentos que levam a uma conclusão não-C, oposta à conclusão que se esperava a partir da utilização das regras de inferência.

P. arg 3 Conclusão: é também denominada nova tese. É a conclusão ou tese defendida pelo locutor. De acordo com Adam (1992), pode vir subentendida. (SOUSA, 2004, p. 30)

Percebe-se, nesta explicação, que as macroproposições P. arg 1 e P. arg 4 são as únicas que não podem ser nem implícitas nem subentendidas. Lembramos que, para Adam (1992), nem todo texto em seqüência argumentativa precisa necessariamente apresentar uma restrição (cf. “a menos que” no modelo) o que deixa em seu protótipo apenas uma macroproposição obrigatoriamente explícita no texto: a macroproposição P. arg 1.

### 2.3.4 O protótipo da seqüência explicativa

Adam (1992) inicia seu capítulo sobre a seqüência explicativa falando da confusão que há entre os termos *explicativo*, *expositivo* e *informativo*. Ele argumenta que todo texto é informativo em algum grau, o que torna o termo muito vago. Também não acredita que haja uma seqüência expositiva, pois considera que os casos que são apontados como exposição podem ser reinterpretados ou como descrição (em sua maioria) ou como explicação, e por isso, prefere o termo *seqüência explicativa*, já demonstrando sua diferença em relação à seqüência argumentativa.

Para Adam a argumentação visa modificar uma crença ao passo que a explicação tem a pretensão mais modesta de transformar algumas convicções acrescentando conhecimento. Em relação à exposição, Adam (1990, p. 129) afirma que “*a distinção a*

*operar entre exposição e explicação passa pela diferença entre POR QUE? e COMO? A maior parte das seqüências em COMO não são explicativas”.*

Depois de considerar o operador *por que?* como critério de explicação e de dizer que o operador *como* pode desempenhar, em alguns casos, o mesmo papel daquele operador, Adam constrói o esquema da seqüência explicativa (Figura 7).

0.	Macroproposição explicativa 0: Esquematização inicial
1. Por quê X? (ou Como?)	Macroproposição explicativa 1: Problema (questão)
2. Porque	Macroproposição explicativa 2: Explicação (resposta)

Figura 7 - Protótipo da seqüência explicativa (ADAM 1992, p. 132)

Na macroproposição explicativa 0, denominada esquematização inicial, o texto em seqüência explicativa apresenta informações introdutórias que levam ao problema. Essa macroproposição é apontada como facultativa. Na macroproposição explicativa 1 é apresentado o problema, que pode ser introduzido pelo operador *por que?*. Esta operação textual, embora não seja apontada por Adam (1990) como facultativa, pode estar implícita. Na macroproposição explicativa 2, encontraremos a resposta do problema colocado na macroproposição 1. Também esta macroproposição pode aparecer introduzida pelo operador *por que?*. Caso ele não esteja explícito, a função dessa macroproposição é explicar, justificar ou alegar um motivo ou razão para uma questão anteriormente colocada. A última macroproposição corresponde a uma conclusão/avaliação da resposta ou justificativa apresentada, ela pode ser deslocada para o início da seqüência ou mesmo ser apagada.

Acreditamos que a seqüência explicativa tem maiores possibilidades de

materializar-se como inserida na seqüência argumentativa principalmente nas macroproposições P. arg 1 e P. arg 2 (dados e escoramento de inferências).

### 2.3.5 Críticas aos trabalhos de Adam

Os trabalhos de Adam ultimamente vêm sendo criticados por alguns autores. Giering (2000), ao analisar seus trabalhos, afirma que a proposta inicial de Adam de idealizar uma dimensão configuracional responsável pela complexidade dos textos não dá conta desta heterogeneidade por uma série de razões, entre elas:

- \* O conjunto dos princípios de sua aplicação são contraditórios (...) há contradição entre a base de tipologização teórica e a que de fato norteia a construção da tipologia;
- \* (...) considerando a tipologia seqüencial proposta, não é possível explicar a razão da heterogeneidade de textos analisados; (GIERING, 2000, p. 73-74)

A autora considera ainda que não há na teoria de Adam meios que permitam diferenciar claramente alguns conceitos como: seqüência dominante/ dominada; plano de texto/ esquema de texto / seqüência.

A correspondência feita por Adam (1992) entre os gêneros primários e o conceito que ele propõe de seqüências textuais também vem sendo criticada duramente.

Bonini (2005) chama a atenção para o fato de que Bakhtin não conceituou em nenhum momento os gêneros primários como mais estáveis que os secundários. Para o autor:

Ao substituir a noção de gênero primário pela de seqüência, Adam rompe com o conceito de enunciado como formulado por Bakhtin. Diferentemente do enunciado (como uma unidade de alternância entre interlocutores e que pode assumir a forma de um gênero), a seqüência não funciona como *unidade viva* da língua, não podendo corresponder a um gênero primário. (BONINI, 2005, p. 232)

Ele opina ainda que, no trabalho de Bakhtin, o sujeito, “*embora determinado pelas instâncias de atuação, comanda o seu dizer*” e que, no trabalho de Adam, (1992, p. 17) “*a teoria está a serviço de caracterizar o processo de estabilização das formas, de modo que*

*a práxis lingüística não fica bem explicada*”. Ainda segundo Bonini, (1999) Adam faz uma leitura “viesada” da distinção bakhtiniana entre gêneros primários e secundários. Esta interpretação, segundo o autor “dá margem para que Adam veja os gêneros primários como seqüências textuais”. Para isto, Adam (1992) apóia-se na afirmação de Bakhtin de que os gêneros primários são assimilados pelos gêneros secundários mas, segundo Bonini (2005), a proposta de seqüências não preenche os requisitos para ser um enunciado, não sendo, portanto, um gênero primário. Para ele, dentro do quadro conceitual de Bakhtin, a seqüência não seria um gênero, “porque não se faz como unidade dialogal dentro de um esquema de pergunta e resposta” (ADAM, 1992, p.311).

Apesar de concordarmos com Bonini (1999) a respeito da distinção entre as seqüências propostas por Adam (1992) e os gêneros primários de que fala Bakhtin (1997), concordamos que os gêneros textuais, na concepção de Swales (1990), correspondem a gêneros secundários e que eles são formados por seqüências tais como as que Adam concebe. Acreditamos que estas seqüências se constituem em mais um elemento que serve para estabilizar o gênero na comunidade discursiva, ou seja, a seqüência dominante em um dado gênero, e as seqüências inseridas que aparecem como suas subsidiárias, são elementos que contribuem para a identificação deste gênero como tal na comunidade discursiva.

O único trabalho de que temos conhecimento que relacionou a organização retórica prototípica de um gênero textual à seqüência argumentativa nele dominante foi o de Sousa (2004), que descrevia o gênero textual editorial de jornal. Em sua dissertação a autora afirma que:

a relevância principal da [sua] pesquisa está na relação que se estabeleceu entre as unidades retóricas e as macroproposições argumentativas, visto que se evidenciou a seqüência como um recurso composicional que estabiliza o gênero. (SOUSA, 2004, p. 11).

Sendo assim, acreditamos que há uma lacuna no que se refere a uma descrição de gêneros acadêmicos que leve em conta a seqüência neles dominante e as seqüências que aparecem como subsidiárias destas, como fator de estabilização do gênero textual. Nesta dissertação, investigamos se há uma seqüência dominante em seções de justificativa de projetos de dissertação e se esta seqüência se revela, como nos editoriais estudados por Sousa (2004), um fator de estabilização da peça genérica seção de justificativa de projeto de dissertação, e suprimos esta lacuna dos estudos sobre gêneros, mas apenas em relação à peça genérica seção de justificativa de projetos de dissertação. Outros autores poderão utilizar abordagem semelhante na investigação de outros gêneros textuais, acadêmicos ou não.

#### **2.4 Um estudo da relação entre gênero e seqüência textual**

A pesquisa de Sousa (2004) sobre a organização textual argumentativa em editoriais de jornais sinaliza para a possibilidade de utilização das bases teóricas fornecidas por Swales (1990) e Adam (1992) como complementares na descrição dos gêneros textuais. A autora, em sua dissertação de mestrado, descreve a organização textual argumentativa de editoriais de jornais produzidos na imprensa brasileira, investigando como se dá a distribuição das informações nestes editoriais e como neles se materializam as seqüências textuais em relação às unidades retóricas.

Ela aponta como aspectos relevantes de sua pesquisa as possibilidades de alargar o conhecimento da organização textual em editoriais de jornais, principalmente porque a literatura na área de Comunicação aborda superficialmente a estrutura composicional desse gênero textual, de reforçar a operacionalidade dos protótipos de Adam (1992) no exame de textos concretos e, finalmente, de relacionar as unidades retóricas e as macroproposições

argumentativas, visto que ela defende, como nós, que a seqüência textual é um recurso composicional que estabiliza o gênero.

Sousa (2004) se fundamenta em bases teóricas semelhantes às que tomamos aqui para subsidiar o nosso estudo. Seu trabalho se liga fundamentalmente às concepções de Bakhtin (1997) a respeito da interação verbal, tais como língua, sujeito, texto, enunciado e gênero; de Swales (1990), principalmente no que diz respeito ao gênero como classe de eventos comunicativos que possuem propósitos comunicativos em comum e que variam em sua prototipicidade; e de Adam (1992), sobretudo em sua noção de seqüência textual como um plano de organização textual presente na composição dos gêneros do discurso.

Acreditamos que a seção de justificativa de projetos de dissertação comunga com os editoriais de jornais a propriedade de ser um texto cujo propósito fundamental é o de convencer. Sousa (2004), diante deste propósito, parte do pressuposto de que a seqüência dominante que se materializa nos editoriais de jornais é a argumentativa, o que é confirmado por seus dados e, portanto, nos autoriza, nesta pesquisa, a utilizar o mesmo critério para pressupor que a seqüência que se materializa predominantemente como dominante nas seções de justificativa de projetos de pesquisa também é a argumentativa.

Após sua análise dos editoriais de jornais, Sousa (2004) nos dá algumas contribuições importantes, tanto em relação às estratégias de organização retórica quanto em relação às seqüências textuais.

Primeiramente a autora demonstra que até as unidades retóricas propostas em seu padrão de organização textual do editorial de jornal são opcionais. Swales (1990) em seu modelo CARS só falava nesta opcionalidade entre os passos (subunidades retóricas), como também Biasi-Rodrigues (1998) em sua pesquisa com resumos acadêmicos.

Em segundo lugar, Sousa (2004) defende uma relação funcional entre as unidades retóricas que compõem o padrão de organização retórica dos editoriais de jornais e as

seqüências de Adam, tanto no que diz respeito às macroproposições da seqüência argumentativa quanto no que se refere às materializações de outras seqüências textuais como inseridas na argumentativa em editorias de jornais.

O padrão proposto por Sousa (2004) para editorias de jornais está composto por três unidades retóricas, a saber: Un1 - Contextualização do tema; Un2 - Argumentação sobre a tese e Un3 - Indicação da posição do jornal.

Nas porções textuais que representam a unidade retórica 1 - Contextualização do tema - dos editorias analisados por Sousa (2004), a autora encontrou materializações de seqüências descritivas e/ou explicitavas inseridas na macroproposição argumentativa 0 (tese anterior), bem como proposições eminentemente argumentativas. Nos casos onde havia imbricamento entre as unidades retórica 1 e 2, ela percebeu também relação com a macroproposição argumentativa 1 (dados) e, nos casos em que havia imbricamento entre as unidades retóricas 1 e 3, ela identificou relação com a macroproposição argumentativa 3 (nova tese).

Nas porções textuais da unidade retórica 2 – Argumentação sobre a tese – a macroproposição argumentativa a1 (dados) foi a que mais prototipicamente se materializou, porém também aqui, Sousa (2004) encontrou realizações das seqüências descritiva (em maior número) e explicativa como inseridas na seqüência argumentativa.

Nas porções textuais da unidade retórica 3 – Indicação da posição do jornal, a pesquisadora identificou a materialização da macroproposição argumentativa 3 – (conclusão – nova tese) como a mais prototípica.

Apesar destas aproximações entre as unidades retóricas e as seqüências textuais, Sousa (2004, p. 122) afirma que *“é impossível se fazer uma correspondência biunívoca entre as unidades retóricas e as macroproposições argumentativas, de modo que uma dada unidade retórica se relacione a uma dada proposição argumentativa”*, objetivo que

confessa inicialmente ter perseguido. A autora propõe ainda a ampliação do protótipo da seqüência argumentativa, por entender que o proposto por Adam (1992) não cobre as variações encontradas nas resenhas analisadas. Segundo a pesquisadora, estas modificações servem para que, com elas, o protótipo possa abarcar algumas de suas constatações:

- 1º) Tese anterior: indica uma conclusão inicial ou parcial da conclusão (nova tese);
- 2º) Dados: argumentos que sustentam a tese anterior, a conclusão (nova tese) e a contra-conclusão;
- 3º) Regras de inferências: princípios gerais que fundamentam a passagem dos dados à conclusão;
- 4º) Restrição: junta-se aos dados e indica um contraponto na argumentação que está sendo realizada. Pode-se fazer restrição à tese anterior, à conclusão (nova tese) e à contra-conclusão;
- 5º) Contra-conclusão: tese que se opõe à conclusão (nova tese);
- 6º) Conclusão (nova tese): ponto de vista principal que é defendido no texto. (SOUSA, 2004 p. 124)

Sousa (2004) percebeu em sua pesquisa que, diferentemente do que diz Adam (1992):

1. a tese anterior (macroproposição argumentativa 0) deveria representar tão somente uma conclusão parcial da conclusão (nova tese)
2. é possível a realização de restrição à tese anterior, e é também possível que essa refutação vise a ampliar a tese e não apenas refutá-la, conduzindo a orientação argumentativa do editorial à conclusão (nova tese).
3. é possível também a realização de restrição aos dados que ancoram a conclusão (nova tese), contudo essa refutação conduz os dados a uma contra-argumentação. (SOUSA, 2004, p. 88)

Tendo em vista que partimos do pressuposto de que a seqüência textual mais característica em seções de justificativa de projetos de pesquisa seja a seqüência argumentativa, consideramos os estudos de Sousa (2004) de fundamental importância para esta dissertação, uma vez que, em primeiro lugar, foi este trabalho que nos mostrou a possibilidade de investigar, a um só tempo, a organização retórica das seções de justificativa de projetos de pesquisa e a forma como se materializam as seqüências argumentativas nesta peça genérica, realçando o fato de que as seqüências textuais são

recursos composicionais que estabilizam o gênero dentro de uma comunidade discursiva. Em segundo lugar, ela mostra que não há uma correspondência biunívoca entre as macroproposições argumentativas e as unidades retóricas em editoriais, o que nos antecipou que dificilmente encontraríamos este tipo de correspondência em nosso corpus. Outra contribuição importante para nós é a ampliação do protótipo da seqüência argumentativa feita pela autora, que revela uma heterogeneidade ainda maior da que Adam (1992) supunha para a ordenação de suas macroproposições.

## Capítulo 3

### Metodologia

#### 3.1 Delimitação do universo e constituição do *corpus*

Para a composição do corpus, coletamos 20 projetos de dissertação qualificados nos últimos cinco anos, sendo 10 de alunos do Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal do Ceará (UFC) e mais 10 de alunos do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Diferenças de sexo, idade ou posição social não foram analisadas, já que todos os informantes são considerados iniciantes na prática discursiva de produção de projetos de dissertação.

As seções de justificativa destes projetos foram analisadas quanto a sua organização retórica e quanto à estrutura argumentativa, mas, por questões de recorte metodológico, utilizamos apenas projetos de dissertação da área de Lingüística, embora tenhamos intenção de ampliar o modelo que vamos propor às outras áreas de conhecimento, de maneira semelhante ao que fizemos em relação ao trabalho de Biasi-Rodrigues (1998) sobre resumos acadêmicos (cf. OLIVEIRA et al., 2001).

#### 3.2 Definição da terminologia

Utilizamos, como Biasi-Rodrigues, (1998) os termos **unidade retórica** para *movimento* e **subunidade** para *passo* (do modelo de SWALES, 1990) ao identificar as unidades de informação da peça genérica seção de justificativa. As unidades retóricas correspondem aos blocos textuais que se organizam de acordo com as funções retóricas a serem desempenhadas e serão preenchidas por subunidades que realizam tais funções.

O que denominamos de unidades de informação corresponde ao conceito de unidades retóricas (cf. BIASI-RODRIGUES, 1998), que são as estratégias de organização

das informações utilizadas para compor os textos em cada gênero. Já aquilo que chamamos de subunidades retóricas são os caminhos escolhidos para preencher as funções retóricas de cada unidade, ou seja, as formas em que se realizam as unidades retóricas.

### 3.3 Simbologia adotada

Cada bloco textual correspondente às subunidades realizadas nas seções de justificativa analisadas é delimitado por uma linha horizontal, que tem extensão maior que o próprio texto. Na parte direita desta linha horizontal indicamos a unidade retórica a que pertence a porção textual e na esquerda a subunidade em que esta unidade retórica está sendo realizada (ver Figura 8). Cada unidade retórica identificada é representada pelo símbolo “Un” acompanhado de um número cardinal (ex. Un1) e cada subunidade é representada apenas pelo seu número, de acordo com a unidade retórica a que pertence (ex. S1.1, S2.2, S3.1, etc.)

As unidades ou subunidades, cuja informação não conseguimos identificar, são representadas pelo sinal “?” e aquelas cuja informação aparece apenas sugerida, são representadas pelo sinal “!”, acompanhando a representação da unidade ou subunidade sugerida, seguindo a orientação metodológica deixada por Biasi-Rodrigues (1998) p (ex: Un1! / 1.1!).

Un1	<p>Texto texto texto</p> <p>texto texto texto</p> <p>texto texto texto texto</p>	S1.1
-----	--	------

**Quadro 2** – Modelo de segmentação para análise de seções de justificativa

As unidades de informação encontradas nas seções de justificativa de projetos de dissertação foram tabuladas em planilhas do Microsoft Excel ® e colocadas em gráficos que permitem verificar seu grau de recorrência no *corpus*. As unidades que apareceram

apenas sugeridas foram contadas nestas tabelas, porém as que não puderam ser identificadas, logicamente, não foram quantificadas.

Uma vez determinadas as unidades retóricas que caracterizam a seção de justificativa de projetos de dissertação como uma peça genérica, identificamos a seqüência textual realizada nestes textos e delimitamos as porções textuais que correspondem às macroproposições que se realizam nesta seqüência textual. Não marcamos a seqüência predominante nos textos por entender que esta marcação seria desnecessária, já que em todos os textos predomina a seqüência argumentativa. As macroproposições da seqüência predominante, que é sempre a argumentativa, são indicadas entre colchetes, ao final de sua realização (Ex. [dados]). As seqüências inseridas também são marcadas no final de sua realização e estão indicadas entre colchetes, porém, cada seqüência inserida é indicada com uma cor específica, estando a cor vermelha reservada para a seqüência explicativa (ex: [seqüência explicativa]), a cor verde para a seqüência descritiva (ex: [seqüência descritiva]), a cor laranja para a seqüência narrativa (ex: [seqüência narrativa]) e a cor azul para a seqüência argumentativa (ex:[seqüência argumentativa]<sup>5</sup>).

As macroproposições que se realizam dentro de uma seqüência inserida também são indicadas entre colchetes, mas neste caso entre **dois** colchetes e indicadas também com a cor da seqüência de que elas são parte. Também esta indicação aparece ao final da realização da macroproposição referida (ex. [[dados]] ou [[esquematização inicial]]).

As indicações das unidades e subunidades retóricas e as das macroproposições foram feitas, a principio, em textos diferentes. Posteriormente, os textos foram contrastados para investigar se há seqüências que aparecem mais regularmente em determinada unidade ou subunidade retórica.

---

<sup>5</sup> A marcação da seqüência argumentativa somente será feita se ela aparecer como inserida dela mesma, por exemplo, quando ocorre toda uma seqüência argumentativa para funcionar como um dos dados que apoiará a tese defendida na seqüência argumentativa dominante.

### 3.4 Tratamento dos dados

A partir de uma amostra do corpus coletado (10 seções de justificativa), elaboramos um modelo preliminar de distribuição de informações semelhante ao proposto por Swales (1990) para introduções de artigos de pesquisa. Em seguida, segmentamos todo o *corpus* conforme o padrão resultante desta amostra. A segmentação possibilitou verificar se projetos de dissertação produzidos por alunos dos cursos de mestrado em lingüística apresentam uma organização retórica prototípica, ou seja, as mesmas “estratégias de condução de informações” (cf. BIASI-RODRIGUES, 1998).

Paralelamente, segmentamos a mesma amostra em termos da seqüência dominante nas seções de justificativa de projetos de dissertação (cf. ADAM, 1992). Depois verificamos se as porções de texto que compõem as suas macroproposições correspondem a porções de texto resultantes da segmentação feita em termos de unidades retóricas. Numa segunda etapa, o restante do *corpus* recebeu o mesmo tratamento.

Em resumo, todas as seções de justificativa dos projetos de dissertação foram investigadas por meio dos seguintes procedimentos:

- identificação das unidades de informação nos exemplares do *corpus*, com apoio de pistas lexicais e/ou referenciais
- verificação da recorrência das unidades de informação;
- formalização de um padrão de organização retórica, com o preenchimento das unidades de informação mais recorrentes resultantes da análise;
- identificação das macroproposições da seqüência dominante e das seqüências inseridas nos exemplares do *corpus*;
- verificação das funções desempenhadas pelas seqüências textuais ou pelas macroproposições na sua materialização em diferentes unidades de informação.

## Capítulo 4

### Análise da organização retórico-argumentativa

#### 4.1 A organização retórica

A partir da análise de 20 seções de justificativa de projetos de dissertação foi possível definir um padrão da organização retórica das seções de justificativa composto de três unidades retóricas prototípicas, a saber: Unidade retórica 1 – Estabelecer um território geral, Unidade retórica 2 – Estabelecer um território específico e Unidade retórica 3 – Justificar uma nova pesquisa, conforme apresentamos no quadro 3 a seguir. Estas unidades se realizaram de diversas maneiras nos diferentes textos, o que revela que as suas subunidades não precisam se realizar todas ao mesmo tempo, ao contrário, o que é prototípico no gênero é seu caráter opcional, representado no quadro abaixo pela expressão “e/ou”.

**Unidade Retórica 1 – Estabelecer um território geral**

- 1.1 Fazendo um histórico de estudos da área/ do objeto (e/ou)
- 1.2 Refutando teorias anteriores (e/ou)
- 1.3 Alegando motivações pessoais para a escolha do tema

**Unidade Retórica 2 – Estabelecer um território específico**

- 2.1 Resenhando/indicando estudos relacionados ao tema específico da pesquisa (e/ou)
- 2.2 Apresentando os objetivos da pesquisa (e/ou)
- 2.3 Alegando adequação da teoria para a descrição do objeto

**Unidade Retórica 3 – Justificar uma nova pesquisa**

- 3.1 Apontando lacunas na área (e/ou)
- 3.2 Alegando a relevância da pesquisa

**Quadro 3- Padrão da organização retórica de seções de justificativa de projetos de pesquisa**

Em seguida, descrevemos as unidades retóricas encontradas que constituem o padrão resultante da análise. Paralelamente, exemplificamos cada uma destas unidades, transcrevendo partes de seções de justificativa onde elas se realizam através de suas subunidades.

### **Unidade retórica 1 - Estabelecer um território geral**

A unidade retórica 1 - Estabelecer um território geral, foi a que menor recorrência teve entre as unidades retóricas identificadas no padrão de organização ora proposto, ainda assim, sua recorrência é bastante significativa: em 75% das seções de justificativa analisadas ela se realizou através de pelo menos uma de suas subunidades, o que demonstra a prototipicidade de todas as unidades retóricas propostas neste modelo.

Nesta unidade retórica, o autor faz generalizações sobre sua área de pesquisa e/ou sobre seu objeto de estudo, colocando o leitor a par daquilo que já foi estudado por outros pesquisadores, inclusive os estudos que hoje são considerados inadequados pelas novas teorias. Geralmente, os trabalhos citados têm data de publicação anterior às datas de publicação dos textos que são referidos na unidade retórica 2. A sua colocação em primeiro lugar no modelo se deve ao fato de que na maioria das vezes em que esta unidade retórica se realiza nas seções de justificativa, isto ocorre antes das demais, já no início do texto, apesar de a intercalação e a ordem das unidades retóricas em seções de justificativa ser uma característica que esta peça genérica tem em comum com outros gêneros da esfera acadêmica, como o artigo de pesquisa (cf. SWALES, 1990), o resumo de dissertação (cf. BIASI-RODRIGUES, 1999) e a resenha acadêmica (cf. BEZERRA, 2001).

A seguir indicamos os nomes das subunidades retóricas que, em si, explicam a estratégia que o autor das seções de justificativa usou para estabelecer um território geral, seguidas de exemplos extraídos de nosso corpus, com o seu percentual de recorrência.

#### **Subunidade 1.1      Fazendo um histórico de estudos da área/ do objeto (50%)**

##### **Ex. 1 – SJPD 01 (histórico de estudos da área)**

*As Ciências Cognitivas, até muito recentemente, tiveram seus estudos pautados na chamada “metáfora do computador”, na qual a estrutura do computador é entendida como um modelo aproximado da mente humana. Em decorrência desse ponto de vista, erigiu-se, então, segundo Fauconnier e Turner (2002), a “idade do triunfo da forma”, com projeção nas mais variadas áreas do conhecimento. Assim, o conhecimento humano e seu progresso parecem ter sido reduzidos, poderosamente, a uma matéria de estruturas formais e ao estudo de suas transformações. Buscaram-se métodos de descoberta e manipulação*

*do sentido por meio da análise sistemática da forma. O fato é que o triunfo da forma passou a fazer parte de nossa vida diária e de nossa cultura, conforme pode ser comprovado nas mais diversas atividades corriqueiras, desde o envio de congratulações e compras via Internet, até a fixação de taxas ou impostos obrigatoriamente pagos pelos contribuintes através de fórmulas criadas por especialistas.*

No exemplo acima, o autor faz um histórico dos estudos na área das ciências cognitivas, que se inicia na época em que elas se baseavam na metáfora do computador, com a qual ele parece não concordar. Ele demonstra de que maneira se configurava sua área de estudos (ciências cognitivas) antes da postulação das teorias mais modernas utilizadas em sua área de atuação. Além disso afirma que esta visão anterior reduzia o conhecimento humano a uma matéria de estruturas formais e discute a repercussão desta visão nos nossos dias, o que servirá de argumento para convencer o leitor de que é necessária sua pesquisa para fazer repercutir teorias mais modernas.

#### Ex. 2– SJPD 03 (objeto)

*Cada vez mais atenção tem sido dada ao que se vem chamando de gêneros eletrônicos, ou gêneros emergentes, ou ainda gêneros hipertextuais. Apesar de não surgirem novos gêneros apenas no meio eletrônico, os termos acima são usados indistintamente por vários autores para designar os gêneros que vêm aparecendo no contexto da internet. São gêneros que surgiram com o aparecimento de tecnologias que permitissem o envio rápido de dados entre computadores interligados. Esse novo meio interativo tornou-se propício ao aparecimento de novos gêneros e também à transmutação de gêneros já existentes, o que faz com que surjam comunidades que interagem através deles.*

Já neste caso, o autor faz um histórico de seu objeto de estudo: os gêneros hipertextuais. Ele indica como estes gêneros vêm se formando e os vários nomes que lhes foram atribuídos e sinaliza algumas de suas características. Ao contrário do exemplo anterior, este não menciona pesquisadores que estudaram o mesmo objeto de estudo que o autor se propõe a estudar, mas enfatiza as nuances do seu objeto de estudo. Neste caso específico o autor chama a atenção para a velocidade com que gêneros novos que vêm aparecendo no contexto da internet, conduzindo o leitor à idéia de que é urgente pesquisá-los.

Subunidade 1.2      Refutando teorias anteriores (10%)  
Ex. 3– SJPD 06

*A perspectiva aberta pelas autoras vai de encontro aos estudos que se limitavam a investigar as ocorrências referenciais apenas como retomadas textuais (conforme os estudos iniciais da coesão textual, como em Koch, 1999) ou que encaravam o fenômeno da referência como a refletir uma relação especular língua-mundo (por exemplo, em Milner, 2003<sup>6</sup>).*

Percebemos neste trecho da SJPD 06 que, diferentemente do que ocorre na subunidade 1.1 (fazendo um histórico de estudos da área/do objeto) o autor não só menciona estudos anteriores, mas elenca pontos em que considera que estes estudos falharam. No exemplo citado acima, o autor refuta a teoria proposta por Koch (1999) porque considera que ela falhou em investigar as ocorrências referenciais apenas como retomadas textuais, e as teorias que seguiam a mesma linha que a de Milner (2003) são refutadas porque o autor considera que elas falham ao encarar o fenômeno da referência apenas como uma relação especular língua-mundo.

Subunidade 1.3 Alegando motivações pessoais para a escolha do tema (35%)  
Ex. 4– SJPD 20

*Primeiramente, este trabalho originou-se por puro interesse pessoal, o qual intensificou-se quando, no final de 1993, mediante nomeação, comecei a exercer a função de tradutor oficial do Tribunal da Justiça Federal/ 1ª instância, em Boa Vista, capital de Roraima onde atuo também como docente na Universidade Federal Local.*

Neste trecho, observamos que o autor relaciona a escolha de seu tema a um motivo de ordem pessoal (sua função de tradutor oficial) sem fazer referência a nenhuma contribuição acadêmico-científica que possa ser dada por sua pesquisa.<sup>7</sup>

Percebemos aqui como o ambiente, composto no caso da produção de seções de justificativa pelas concepções dos professores orientadores, do professor de metodologia, do programa de pós-graduação, dos colegas-mestrandos, dos projetos anteriormente qualificados e até pelos documentos que normalizam o processo de produção desta peça genérica influenciam a sua organização retórica.

<sup>6</sup> O artigo citado é tradução de MILNER, J-C. *Ordres et raisons de la langue*. Paris: Seuil, 1982. p. 9-65.

<sup>7</sup> Evidentemente este comentário não encerra nenhum juízo de valor, é apenas uma constatação da pesquisa que, acreditamos, tem a ver com as instruções passadas por esta instituição aos seus alunos. O não aparecimento da contribuição acadêmico-científica de que falamos diz respeito apenas a esta unidade retórica. Não quer dizer que na seção de justificativa inteira esta contribuição não seja indicada.

Indício desta influência é o fato de a subunidade 1.3 desta unidade retórica 1 não ocorrer em nenhum dos textos de alunos da UFC e ter tido uma recorrência relevante (7 exemplares) nos textos de alunos da UECE, ocupando grandes porções textuais (às vezes mais de uma página). Resolvemos posicionar esta subunidade em terceiro lugar entre as possibilidades de ocorrência da Un1 justamente por ela ter sido identificada em apenas um dos dois ambientes pesquisados.

### **Unidade retórica 2 - Estabelecer um território específico**

A unidade retórica 2 teve uma recorrência ainda maior que a anterior, 80% dos textos que analisamos tiveram a realização desta unidade retórica através de pelo menos uma de suas subunidades. Estas, como se percebe através dos números indicados entre parênteses, estão seqüenciadas de acordo com o percentual de recorrência no corpus, já que não encontramos suficientes exemplares em que ocorressem as três subunidades para determinar qual sua ordem preferencial nestes casos.

Nesta unidade retórica, são tratadas as perspectivas teóricas mais atuais e mais especificamente relacionadas à pesquisa que é justificada. As citações aqui, na maioria das vezes, são de teorias e de aplicações de teorias adequadas à descrição do objeto de estudo do pesquisador, nas quais ele se apóia para realizar sua pesquisa. Consideramos a apresentação dos objetivos da pesquisa uma das estratégias para estabelecer um território específico nas seções de justificativa porque nelas o pesquisador sempre apresenta os objetivos que vai perseguir, apoiando-se em alguma perspectiva teórica que especifique em que território ele vai trabalhar e porque, neste momento, o pesquisador ainda não aponta as lacunas encontradas, o que ocorrerá apenas na unidade retórica 3 - Justificar uma nova pesquisa.

Os trabalhos analisados revelaram três estratégias diferentes para estabelecer um território específico. Seguem abaixo exemplos de cada uma delas, que são as realizações (subunidades) da unidade retórica 2.

Subunidade 2.1            Resenhando/indicando estudos relacionados ao tema específico da pesquisa (70%)

Ex. 5– SJPD 01

*A concepção de mente corpórea (embodied) vem sendo contemplada, direta ou indiretamente, nos trabalhos de diversos pesquisadores da Ciência Cognitiva, dentre os quais destacamos: 1) Lakoff e Johnson (1980, 1999), que traçam um perfil da visão experiencialista, ressaltando os aspectos imaginativos da razão, e retomam e discutem questões filosóficas centrais com relação à natureza do ser, a partir das três maiores conclusões atuais da Ciência Cognitiva, a saber: a mente é corpórea (embodied); em gr, o pensamento ocorre de forma inconsciente; os conceitos abstratos são em grande parte metafóricos; 2) Fauconnier e Turner (2002), que discorrem sobre a natureza imaginativa da mente humana, apresentando os princípios da teoria da Integração Conceitual (Conceptual Integration); 3) Varela, Thompson e Rosch (1994), que tratam especificamente do modelo cognitivo enacionista, segundo o qual o conhecimento é proveniente do fato de o sujeito pertencer a um mundo inseparável de seu corpo, de sua linguagem e de sua história social.*

*A visão experiencialista, a nosso ver, proporcionou avanços significativos nos estudos sobre a natureza da cognição humana, ao tomar como premissa a intrínseca relação entre mente e corpo, além de contemplar os aspectos criativos da mente e do pensamento. De certa forma, essa concepção impulsiona os estudos lingüísticos, uma vez que se vem edificando bases mais sólidas para a compreensão de como opera a mente humana na construção do conhecimento.*

Podemos perceber que o trecho acima transcrito é a seqüência do que foi citado para a subunidade 1.1 neste mesmo capítulo. Porém, enquanto na unidade retórica 1 as teorias de que o autor fala são consideradas ultrapassadas e, portanto, inadequadas à descrição de seu objeto de estudo no atual estado da arte, nesta subunidade acontece o contrário: o autor descreve uma teoria das ciências cognitivas com que parece concordar e trata de autores e pesquisas que servirão como aporte teórico à pesquisa que ele pretende empreender. Percebemos esta estratégia a partir do início do texto aqui transcrito, quando ele afirma que a concepção de mente corpórea (que é a que ele adota, e que é diferente da que concebe a mente humana como algo semelhante à estrutura de um computador) já vem sendo contemplada por estes autores. Percebe-se ainda neste trecho a convergência entre as visões do autor da seção de justificativa e os autores por ele citados quando, ao finalizar a resenha, o primeiro afirma que a concepção destes impulsiona os estudos lingüísticos.

## Subunidade 2.2 Apresentando os objetivos da pesquisa (55%)

### Ex. 7– SJPD 04

*A presente pesquisa, por sua vez, pretende analisar como as seqüências textuais se materializam em editoriais de jornais, buscando descrever sua organização textual argumentativa. Para tanto, tomar-se-á como base a tipologia textual proposta por Adam (1992).*

Neste caso também percebemos que o propósito comunicativo é o de estabelecer um território específico para a pesquisa, porém, o autor busca atingir este propósito de outra maneira, indicando os objetivos de sua pesquisa, quais sejam: analisar as seqüências textuais e descrever a organização textual-argumentativa em editoriais de jornais.

Como havíamos comentado anteriormente, a estratégia de apresentar os objetivos da pesquisa serve ao propósito de estabelecer um território específico na medida em que vem sempre acompanhada da indicação de algum aporte teórico. Neste caso, logo após afirmar que seu objetivo é o de descrever a organização textual argumentativa de editoriais de jornais, o autor afirma que buscará atingi-lo tomando como base a tipologia textual proposta por Adam (1992)

## Subunidade 2.3 Alegando adequação da teoria para a descrição do objeto. (20%)

### Ex. 6– SJPD 03

*Acreditamos que os critérios de identificação de uma comunidade discursiva propostos por Swales (1990; 1992) podem ser produtivos na análise de comunidades virtuais e, especificamente, na análise da Sociedade Senhor dos Anéis, já que essa teoria relaciona intimamente as características dos gêneros aos objetivos de seus produtores e que são os gêneros discursivos que propiciam a interação entre os membros de uma comunidade discursiva e servem à realização de seus objetivos discursivos.*

*Como todas as comunidades formadas na internet, a Sociedade foi agregando membros por causa de interesses comuns, e é isso que difere as comunidades discursivas das comunidades de fala: estas são compostas de todas as pessoas que compartilham “regras lingüísticas” (Swales, 1990) similares, e o critério mais importante para definir uma comunidade de fala é o critério geográfico. Assim, poderia haver, por exemplo, a comunidade de fala do português (formada por todos os falantes do português de todos os países em que essa língua é falada), ou a comunidade de fala cearense (abrangendo as pessoas que usam o falar típico do Ceará).*

*Outro ponto a ser considerado é que uma comunidade de fala tende a ser centrípeta, isto é, tende a absorver cada vez mais pessoas em seu interior. Por exemplo: cada vez que nasce uma criança, ela pertencerá à comunidade de fala do local em que nasceu. Já a comunidade discursiva independe de localidade, pois a ela podem pertencer pessoas de diferentes cidades, estados e até mesmo países. O que une essas pessoas são certos interesses e objetivos comuns, sejam eles profissionais, acadêmicos ou recreativos (como um fã-clubes bem organizado). Portanto, uma comunidade discursiva é um grupo sócio-retórico, e não geográfico (cf. Swales, 1990).*

Apesar de semelhante à subunidade 2.1, a 2.3 possui em relação àquela uma diferença marcante: enquanto na primeira o autor simplesmente descreve o aporte teórico que considera adequado e que utilizará em sua pesquisa, na segunda ele se preocupa em explicar por que este aporte teórico é, de fato, adequado para a pesquisa que ele pretende justificar.

Neste exemplo, retirado da SJPD 03, depois de afirmar que os critérios de identificação de uma comunidade discursiva propostos por Swales (1990; 1992) podem ser adequados para a descrição de seu objeto de estudo, o autor explica que isto ocorre porque “essa teoria relaciona intimamente as características dos gêneros aos objetivos de seus produtores” e ainda dá explicações sobre como se configura a comunidade que ele pretende pesquisar. Deste modo, com o propósito de estabelecer um território específico para sua pesquisa, ele demonstra de que forma a teoria que irá utilizar se aplica à descrição de seu objeto de estudo.

### **Unidade retórica 3 – Justificar uma nova pesquisa**

Esta é a parte essencial da seção de justificativa, pois toda a organização argumentativa do gênero serve para conduzir ao cumprimento desta função retórica que é a razão de ser da seção de justificativa de projetos: justificar uma nova pesquisa.

Em 95% dos textos analisados houve a materialização de pelo menos uma de suas subunidades, justamente porque é neste ponto que se preenche a função retórica mais importante da **peça genérica** seção de justificativa de projeto de dissertação, que é justamente a de dizer por que a realização da pesquisa proposta neste projeto é necessária.

Para atingir o propósito comunicativo de justificar uma nova pesquisa, os autores dos textos que analisamos lançaram mão de duas estratégias diferentes, mas que se completam. A primeira destas estratégias foi apontar lacunas na área de estudos em que a

pesquisa seria realizada, e a segunda foi a de alegar a relevância da pesquisa nesta área. A seguir encontram-se exemplos de cada uma destas realizações.

### Subunidade 3.1 Apontando lacunas na área (80%)

#### Ex. 8– SJPD 06

*Nas pesquisas no âmbito das motivações (entendendo-se motivações conforme o sentido que imprimimos no último parágrafo), sentimos falta de trabalhos que se preocupem não apenas com os processos de escolhas referenciais pertinentes ao enunciador, mas sim com o processo interpretativo destas expressões por parte do co-enunciador. Se aceitarmos que a designação referencial passa por um processo submetido não apenas a várias escolhas, mas também a algumas restrições (ou várias, dependendo da situação de interação), não será difícil constatar a possibilidade de haver expressões referenciais que sejam rejeitadas em algumas situações de interação.*

Neste exemplo, o autor dá a entender que a maioria das pesquisas “no âmbito das motivações” trata apenas dos processos de escolhas pertinentes ao enunciador e afirma que “sente falta” de trabalhos que se preocupem com o processo interpretativo das expressões referenciais, ou seja, indica que nas pesquisas no âmbito das motivações, não há trabalhos suficientes que estudem este objeto deste ponto de vista, o que abre uma lacuna teórica na área. Utilizando esta estratégia, o autor visa cumprir seu propósito comunicativo de convencer seus leitores de que se justifica fazer uma nova pesquisa nesta área do conhecimento.

### Subunidade 3.2 Apontando contribuições da pesquisa (90%)

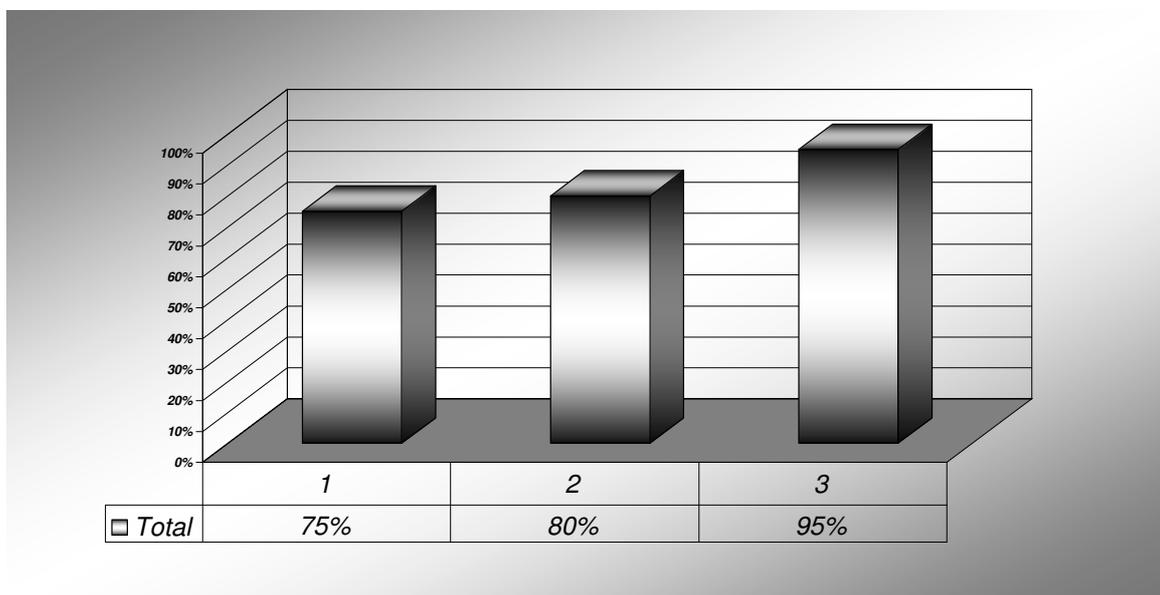
#### Ex. 9– SJPD 09

*Considerando todos esses aspectos, acreditamos poder contribuir significativamente para a descrição de gêneros produzidos na mídia impressa, especificamente a notícia e a reportagem. Nosso objetivo principal é investigar características particulares desses dois gêneros, que permitam distingui-los em termos de conteúdo, forma e função, possibilitando assim a elaboração de dois modelos específicos, sendo um para notícia e outro para reportagem.*

Percebe-se no exemplo que o autor alega a relevância de sua pesquisa afirmando que dará à comunidade científica uma descrição dos gêneros notícia e reportagem que permitirá distingui-los em termos de conteúdo, forma e função, o que até o momento não existia. Ele ainda deixa claro para o leitor que esta descrição é importante para sua área de investigação, ao afirmar que sua descrição contribuirá significativamente para a descrição

de gêneros produzidos na mídia impressa, podendo abrir caminho para outras descrições de outros gêneros da esfera jornalística.

Percebemos ainda, uma aproximação bastante interessante entre o padrão que encontramos em seções de justificativa de projetos de pesquisa e o padrão encontrado por Swales (1990) (ver cap. 2, seção 2.2.3) na seção de introdução de artigos de pesquisa, o que sinaliza uma proximidade entre os propósitos comunicativos destas duas peças genéricas, como supúnhamos em nossas hipóteses. As unidades retóricas 1 e 2 do padrão das seções de justificativa possuem função retórica correspondente à do movimento 1 – Estabelecer um território – do modelo proposto por Swales. Já os movimentos 2 e 3 do modelo CARS - estabelecer um nicho e ocupar o nicho respectivamente – correspondem, quanto ao propósito, às subunidades que materializam a unidade retórica 3 do padrão retórico das seções de justificativa. (ver quadro 3)



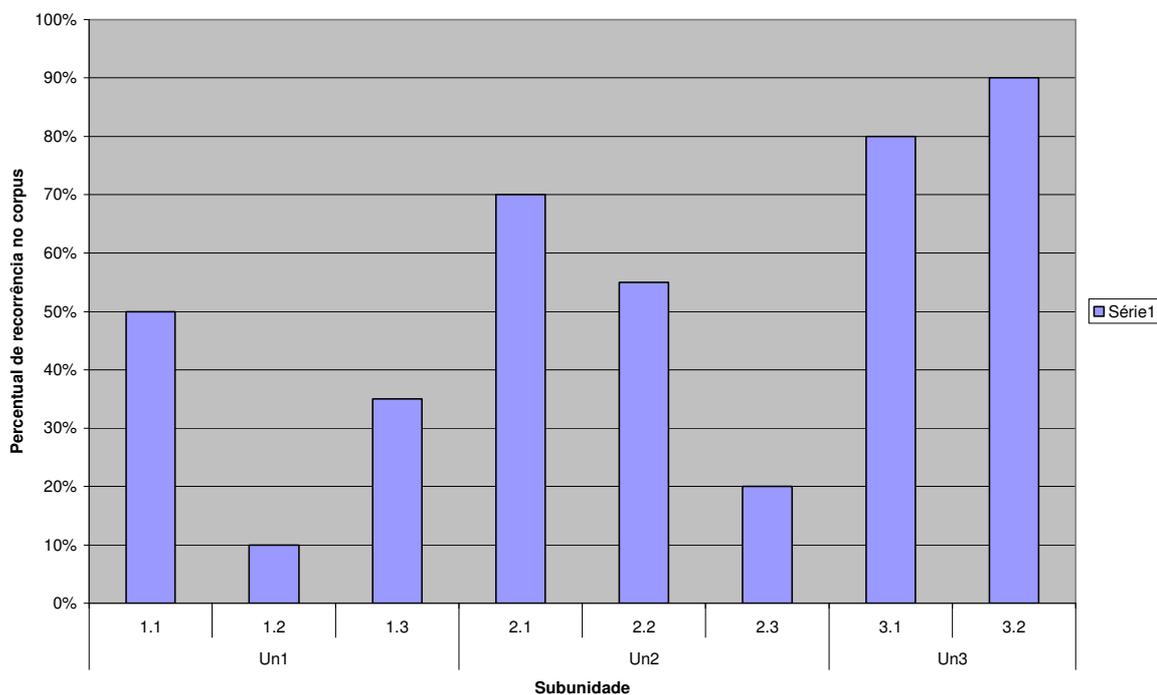
**Gráfico 1 - Recorrência das unidades retóricas nas seções de justificativa**

Percebemos, conforme ilustra o gráfico 1 que, dentro da heterogeneidade característica dos gêneros textuais, as seções de justificativa são relativamente estáveis quanto a suas unidades retóricas componentes, não tendo havido a ocorrência da unidade

retórica 1 em cinco (5) dos textos analisados. A unidade retórica 2 também só deixou de ser realizada em quatro (4) dos 20 textos analisados e apenas uma das seções de justificativa que compunham a amostra deixou de realizar a unidade retórica 3.

A partir destes dados, podemos confirmar a hipótese de que estas três unidades retóricas são altamente recorrentes em seções de justificativa de projetos de dissertação, portanto, a não ocorrência de alguma delas pode prejudicar a aceitabilidade de exemplares deste gênero por parte da comunidade discursiva onde ele circula.

É evidente que, para supor que estas constatações valem para todas, ou pelo menos para a maioria das seções de justificativa de projetos de dissertação, necessitaríamos de um *corpus* mais abrangente, o que nesta pesquisa não foi possível devido a limitações de tempo para a finalização desta dissertação, bem como por conta da extensão dos textos analisados. Caso optássemos por um corpus maior, fatalmente prejudicaríamos a qualidade da análise em todos os exemplares, o que não nos pareceu interessante.



**Gráfico 2 - Recorrência das subunidades retóricas em seções de justificativa de projetos de dissertação**

O gráfico 2 demonstra com maior clareza a recorrência das subunidades encontradas em nosso *corpus*. Um exemplar que possua todas as unidades retóricas acima realizadas por pelo menos uma subunidade pode ser considerado o “protótipo” da seção de justificativa de projetos de dissertação. Quando, em algum texto, não há uma destas unidades, este texto se distancia do protótipo e quanto menor o número de subunidades realizadas, maior a distância entre o exemplar e o protótipo do gênero. Também as subunidades variam em grau de prototipicidade e por isso, se as unidades retóricas são realizadas pela subunidade mais recorrente nos textos, isto faz com que o texto se aproxime ainda mais do protótipo do gênero.

O mais prototípico na unidade retórica 1, por exemplo, é que ela seja preenchida apenas por uma de suas subunidades. Dos 16 textos em que ela é preenchida apenas 3 realizam 2 de suas subunidades e nenhum realiza as 3 subunidades ao mesmo tempo.

A unidade retórica 2 apresenta um comportamento um pouco mais heterogêneo: entre os 16 textos que a realizaram 7 utilizaram duas entre as três subunidades possíveis, 6 realizaram apenas uma e mais 3 realizaram as três subunidades.

Já no preenchimento da unidade retórica 3 foi mais freqüente a realização ao mesmo tempo das duas subunidades que a compunham. Entre os 19 textos em que ela foi identificada apenas 4 utilizaram somente uma de suas subunidades.

Também identificamos em nosso *corpus* algumas seções de justificativa (3 exemplares) que continham comentários a respeito de decisões metodológicas a serem adotadas pelos alunos, porém, devido ao baixo índice de ocorrência, resolvemos não incluir este procedimento no padrão proposto, entretanto, a investigação da organização retórica de seções de justificativa em um *corpus* mais vasto pode revelar uma recorrência mais alta deste procedimento, uma vez que 3 dos 4 professores-orientadores que foram entrevistados nesta pesquisa (cf. Cap. 1 p. 22) afirmaram que deve haver comentários a respeito da metodologia a ser adotada em seções de justificativa de projetos de pesquisa.

#### **4.2 A arquitetura argumentativa**

Confirmando uma de nossas hipóteses iniciais, encontramos a seqüência argumentativa como dominante em todas as seções de justificativa de projetos de dissertação analisados. Porém, a configuração da seqüência argumentativa na peça genérica em tela assume algumas particularidades. A primeira delas é a não-ocorrência da macroproposição tese anterior. Adam (1992), em sua descrição a respeito da seqüência argumentativa, já alerta que esta macroproposição não é obrigatória nas seqüências argumentativas e que ela pode aparecer implicitamente. A não ocorrência desta macroproposição em nosso corpus nos faz vislumbrar a primeira relação entre gênero e seqüência.

Podemos concluir que a peça genérica seção de justificativa de projetos de pesquisa possui, como parte de suas características genéricas, uma tese anterior implícita, que poderia ser enunciada através da seguinte pergunta retórica: “É realmente necessário que se faça mais uma pesquisa nesta área, com esta abordagem e a partir desta base teórica?” Nas seções de justificativa que compõem nosso corpus, não encontramos nenhuma ocorrência da tese anterior explícita, porém, o propósito comunicativo desta peça genérica é reconhecidamente o de justificar a realização de uma pesquisa, sendo este propósito uma tese anterior implícita, postulada pelas próprias características do gênero projeto de pesquisa e pela peça genérica seção de justificativa.

As macroproposições “ancoragem das inferências” e “restrição” também não se realizam na maioria das seqüências argumentativas encontradas nas seções de justificativa analisadas. A “ancoragem das inferências” é, toda ela, implícita nessa peça genérica, e a macroproposição “restrição” aparece explicitamente em apenas 4 dos textos analisados, sendo que em uma delas, dentro de uma seqüência argumentativa inserida, o que comprova sua característica prototípica de ser, tal como a macroproposição “ancoragem das inferências”, implícita.

A macroproposição “conclusão/ nova-tese”, apesar de ter sido encontrada de forma explícita na seqüência argumentativa inserida em 12 dos textos analisados, mantém a característica de ser prototipicamente implícita, possibilidade para a qual Adam (1992) também já havia alertado. Em 19 dos 20 textos que compõem nosso *corpus*, há uma asserção implícita do tipo “esta pesquisa é relevante para o meio acadêmico”, que é pressuposta pelo próprio gênero textual e que se percebe inclusive nos textos em que há uma porção textual realizando a conclusão/nova-tese.

Já a macroproposição “dados” é a que ocupa as maiores porções textuais, praticamente todo o texto da seção de justificativa. Justamente por isso, é ela que está mais

propensa a realizar-se através de uma seqüência textual inserida. Das seções de justificativa analisadas, apenas duas tiveram outra macroproposição realizada por uma seqüência inserida, a SJPD 01, que realizou a macroproposição “restrição” através da seqüência explicativa inserida, e a SJPD 17 que realizou a macroproposição “tese anterior” através de uma seqüência descritiva inserida.

O exemplo abaixo ilustra uma das poucas ocorrências da macroproposição argumentativa “restrição”, que se realiza através de uma seqüência explicativa inserida.

#### SJPD 01

*As Ciências Cognitivas, até muito recentemente, tiveram seus estudos pautados na chamada “metáfora do computador”, na qual a estrutura do computador é entendida como um modelo aproximado da mente humana. **[[esquemática inicial]]** Em decorrência desse ponto de vista, erigiu-se, então, segundo Fauconnier e Turner (2002), a “idade do triunfo da forma”, com projeção nas mais variadas áreas do conhecimento. Assim, o conhecimento humano e seu progresso parecem ter sido reduzidos, poderosamente, a uma matéria de estruturas formais e ao estudo de suas transformações. **[[Problema]]** Buscaram-se métodos de descoberta e manipulação do sentido por meio da análise sistemática da forma. **[[explicação (resposta)]]** O fato é que o triunfo da forma passou a fazer parte de nossa vida diária e de nossa cultura, conforme pode ser comprovado nas mais diversas atividades corriqueiras, desde o envio de congratulações e compras via Internet, até a fixação de taxas ou impostos obrigatoriamente pagos pelos contribuintes através de fórmulas criadas por especialistas. **[[P. explic. 3 – conclusão avaliação]]** **[[seq explicativa inserida]]** **[restrição]***

Esta porção textual inicia a mesma seção de justificativa que ilustra o uso da seqüência argumentativa como inserida na própria seqüência argumentativa. O tema da referida pesquisa são as (re)categorizações metafóricas em textos humorísticos. Nela, a pesquisadora iniciante defende a tese de que é relevante fazer um estudo das (re)categorizações a partir de uma perspectiva que leve em conta os aspectos criativos da mente humana, que não são contemplados a partir de uma concepção tão formal da cognição como a que está explicada no texto acima, por isso esta explicação é considerada uma restrição a sua tese.

### 4.3 Seqüências inseridas na seqüência argumentativa

Outra hipótese que pudemos comprovar com a análise dos dados foi a de que há seqüências que ocorrem mais regularmente como inseridas da argumentativa em seções de justificativa de projetos de pesquisa. O gráfico abaixo demonstra a freqüência das seqüências descritiva, explicativa, argumentativa e narrativa realizando a macroproposição “dados” em nosso *corpus*.

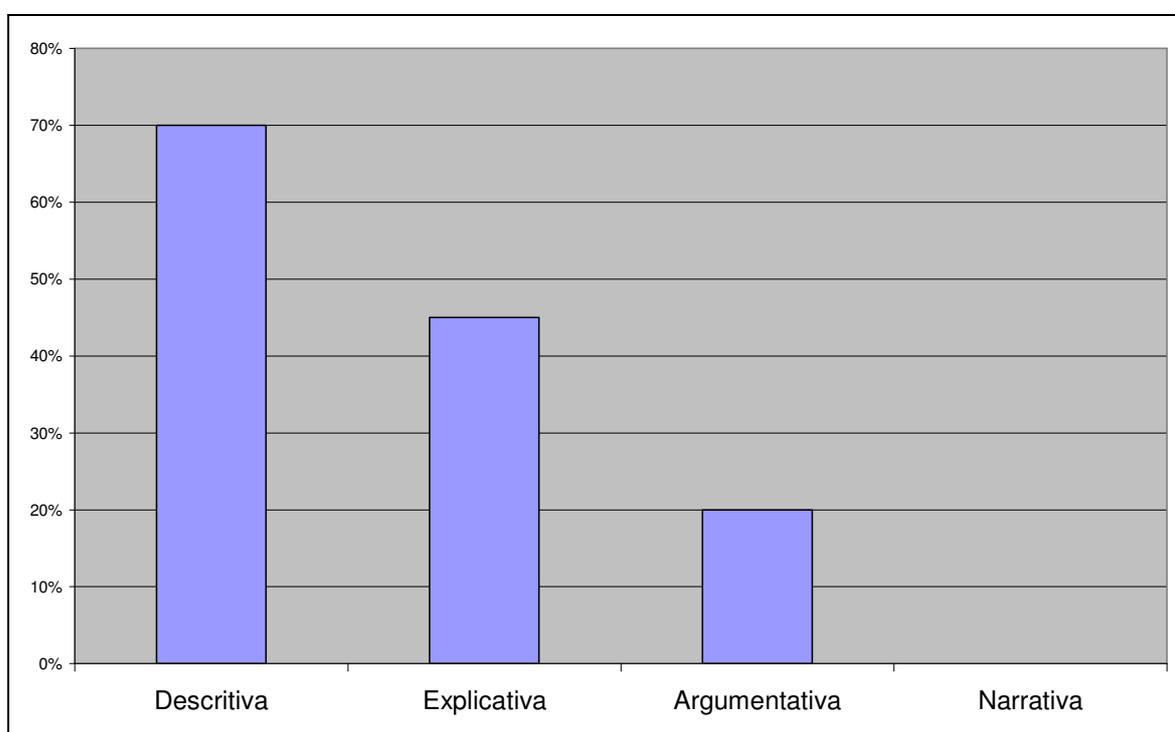


Gráfico 3 - Recorrência das seqüências inseridas na argumentativa

Como se percebe no gráfico 3, a seqüência descritiva aparece como inserida em 70% dos textos analisados, realizando a macroproposição argumentativa dados. Em segundo lugar, encontramos a seqüência explicativa realizando esta mesma macroproposição argumentativa, mas desta vez em apenas 45% dos textos. Finalmente, encontramos o interessante fenômeno de ver a seqüência argumentativa ocorrer como inserida nela mesma, ou seja, encontramos seqüências argumentativas completas

funcionando como a macroproposição dados do nível 1 do texto em 20% dos casos. Apenas a seqüência descritiva, e, como já supúnhamos no início desta análise, a dialogal, não ocorreram como inseridas na argumentativa nos textos que compuseram nosso *corpus*.

Como exemplo de ocorrência de uma seqüência argumentativa realizando a macroproposição argumentativa dados, podemos citar um trecho da SJPD 01.

#### SJPD 01

*(...)A visão experiencialista, a nosso ver, proporcionou avanços significativos nos estudos sobre a natureza da cognição humana, ao tomar como premissa a intrínseca relação entre mente e corpo, além de contemplar os aspectos criativos da mente e do pensamento. [[dados]] De certa forma, essa concepção impulsiona os estudos lingüísticos, uma vez que se vem edificando bases mais sólidas para a compreensão de como opera a mente humana na construção do conhecimento. [[ conclusão nova tese?]] [dados](...)*

Nesta porção textual, podemos encontrar a macroproposição “dados” servindo para sustentar a conclusão/(nova) tese de que “se vem edificando bases mais sólidas para a compreensão de como opera a mente humana na construção do conhecimento” e o texto todo citado serve para sustentar a tese maior de que “esta pesquisa é relevante para o meio acadêmico”, uma vez que ela servirá para descrever a (re)categorização metafórica em textos humorísticos, usando bases mais sólidas que as utilizadas em pesquisas anteriores.

A seqüência descritiva apareceu, mais prototipicamente, nos momentos em que o autor recorre a pesquisas de especialistas para garantir a relevância do estudo que propõe.

Como exemplo, podemos citar o seguinte trecho:

#### Ex. 10–SJPD 05

*COSTA (2001) distingue sete tipos de trabalhos sobre Música Popular Brasileira: [[ancoragem]] historiografia, análises histórico-sócio-antropológicas, resenha jornalística, exegese literária, trabalhos de catalogação, análise semiótica e análise textual. [[partes]] O autor aponta apenas GUIMARÃES (1989) e NASCENTES (1999), como trabalhos que abordam o tema em questão a partir da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, [[aspectualização]] ou seja, que tratem a produção enquanto prática discursiva (MAINGUENEAU: 1997), abordando a canção e seu processo de produção e circulação, bem como a maneira como as comunidades discursivas envolvidas em tais processos interagem. [[propriedades]]*

*Com a proposta de contribuir para a essa escassa produção, é que Costa, seguindo a linha da Análise do Discurso francesa desenvolvida por Dominique Maingueneau, faz um esboço de um perfil lingüístico-discursivo da produção brasileira. [[aspectualização]] O autor mostra a diversidade de posicionamentos no interior desta produção, organizando-os em movimentos estético-ideológicos (a Bossa Nova, a Canção de Protesto, o Tropicalismo), agrupamentos de caráter regional (os mineiros do Clube da Esquina, Pessoal do Ceará), agrupamentos em torno de temáticas (canção catingueira, canção romântica), agrupamentos em torno de gênero musical (sambistas, forrozeiros) e, finalmente, agrupamentos em torno de valores relativos à tradição (a canção pop e a MPB). Em seguida, Costa discute o papel da música popular no Brasil, indagando se o discurso lítero-musical brasileiro não seria de caráter constituinte*

*(MAINGUENEAU & COSSUTA: 1995). Para tanto, o autor aborda questões como a formação de um archéion e a pretensão auto e heteroconstituente de tal discurso. Chega à conclusão de que se trata de um discurso que tem pretensões constituintes e que pode vir a se estabelecer como constituinte, dependendo das condições de sua evolução. Tendo em vista que o referido discurso tem um papel tão importante na construção identitária do povo brasileiro, propomos um estudo que contribua para a compreensão do funcionamento do mesmo, particularmente, de seu estágio atual. [[partes]] [seq descritiva inserida] [dados]*

A seção de justificativa de que faz parte o texto acima defende a relevância de um estudo da vertente nordestina da nova geração da música popular brasileira que seja feito a partir da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa. A seqüência descritiva de SJPD 05 funciona na arquitetura argumentativa do texto como um dos dados (argumentos) que sustentam esta tese, uma vez que, citando Costa, ela demonstra, em primeiro lugar, a escassez de pesquisas que sigam esta perspectiva, e, em segundo lugar, a importância de seu objeto de estudo na “construção identitária do povo brasileiro”.

Já a seqüência explicativa realiza a macroproposição “dados” no momento em que o autor da seção de justificativa tira suas próprias conclusões a respeito da base teórica por ele adotada e descrita, como se percebe no exemplo abaixo:

#### Ex. 11– SJPD 03

*Outro ponto a ser considerado é que uma comunidade de fala tende a ser centrípeta, isto é, tende a absorver cada vez mais pessoas em seu interior. [[problema]] Por exemplo: cada vez que nasce uma criança, ela pertencerá à comunidade de fala do local em que nasceu. Já a comunidade discursiva independe de localidade, pois a ela podem pertencer pessoas de diferentes cidades, estados e até mesmo países. O que une essas pessoas são certos interesses e objetivos comuns, sejam eles profissionais, acadêmicos ou recreativos (como um fã-clubes bem organizado).[[explicação (resposta)]] Portanto, uma comunidade discursiva é um grupo sócio-retórico, e não geográfico (cf. Swales, 1990).[[conclusão/avaliação]] [seq explicativa inserida]*

A seqüência narrativa, como demonstrado no gráfico 3, não realizou nenhuma das macroproposições argumentativas em nenhum dos textos que compunham nosso corpus, apesar disso, não temos condições nesta pesquisa de afirmar que é impossível sua realização em seções de justificativa de projetos de pesquisa. Entretanto, podemos dizer que esta realização tem grandes chances de causar estranhamento, uma vez que, se existe, é pouco freqüente nesta peça genérica.

#### 4.4 Relação entre as subunidades retóricas e a arquitetura argumentativa

Tal como Sousa, (2004) em seu estudo sobre editoriais, não conseguimos encontrar nenhuma correspondência biunívoca entre alguma macroproposição argumentativa e qualquer das unidades retóricas da seção de justificativa de projetos de pesquisa. Entretanto, algumas seqüências inseridas foram mais recorrentes em determinadas subunidades retóricas que em outras, o que pode significar que algumas subunidades se realizam preferencialmente através de determinadas seqüências textuais inseridas.

Podemos iniciar com a relação entre a subunidade 1.1 - Fazendo um histórico da área/objeto de estudo e a seqüência explicativa que aparece como inserida na argumentativa.

Como dito anteriormente, a seqüência explicativa apareceu como inserida da argumentativa em 45% dos exemplares analisados, o que dá um total de 9 textos. Destes, em apenas 2 não aparece a subunidade 1.1. Além disso, em todos os outros 8 textos onde apareceram a seqüência explicativa e a subunidade 1.1, elas tinham alguma relação. Em 4 destes textos, a porção textual que realiza a subunidade 1.1 é exatamente a mesma que materializa a seqüência explicativa como subordinada da argumentativa, como podemos perceber no exemplo 12.

##### Ex. 12 – SJPD 03

Un1	<p><i>Cada vez mais atenção tem sido dada ao que se vem chamando de gêneros eletrônicos, ou gêneros emergentes, ou ainda gêneros hipertextuais. <b>[[esquematização inicial]]</b> Apesar de não surgirem novos gêneros apenas no meio eletrônico, os termos acima são usados indistintamente por vários autores para designar os gêneros que vêm aparecendo no contexto da internet. <b>[[problema]]</b> São gêneros que surgiram com o aparecimento de tecnologias que permitissem o envio rápido de dados entre computadores interligados. <b>[[explicação]]</b> Esse novo meio interativo tornou-se propício ao aparecimento de novos gêneros e também à transmutação de gêneros já existentes, o que faz com que surjam comunidades que interagem através deles. <b>[[conclusão]] [seq. explicativa inserida] [dados] (...)</b></i></p>	1.1
-----	---	-----

Nos outros três exemplares, a seqüência explicativa inserida está contida dentro da porção textual que realiza a subunidade 1.1 e ocupa sua maior parte, como demonstra o exemplo 13.

Ex. 13 – SJPD 10

Un1	<p><i>O ensino de língua com base nos usos sociais e não apenas nos aspectos lógico-formais instituiu-se, oficialmente, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para os níveis fundamental (1997) e médio (1999) de escolarização. O novo paradigma, em muitos aspectos, veio ratificar o que muitos pesquisadores e educadores já propunham como sendo a forma mais eficiente de levar os aprendizes a realmente aprimorarem sua competência comunicativa tanto na modalidade oral quanto na escrita. <b>[[esquemática inicial]]</b></i></p> <p><i>O suporte dessa proposta está no fato de que a tradição didática de ênfase no estudo de estruturas lingüísticas desvinculadas das interações sociais pouco vem contribuindo para que se efetive nos educandos uma competência textual-discursiva que lhes possibilite, nas diversas trocas sociais, um domínio crítico da linguagem tanto na posição de ouvinte-leitor quanto na de falante-autor.</i></p> <p><i>A escola, como instituição destinada a dotar o estudante de um contínuo aprimoramento dessa competência, não vem cumprindo efetivamente esse papel, como apontam diversos estudos-diagnóstico a respeito do desempenho dos estudantes em textos escritos, como o demonstram os estudos de Pécora, que, analisando problemas presentes em redações de vestibulandos, afirma que “(...) os problemas de redação escolar constituem, sobretudo, os efeitos da cristalização de uma atitude que retira a escrita da linguagem e esta do mundo e da ação subjetiva (...)” (Pécora, 1981:119). Esta conclusão é partilhada por Costa-Val (1998), que se reporta à questão das condições de ensino de língua na escola como um dos fatores que pouco têm contribuído para dotar o aluno de habilidades para se manifestar adequadamente através de textos escritos.</i></p> <p><i>Observa também Costa-Val que, como a escola tradicionalmente privilegia o conhecimento técnico da língua, não seria a falta do domínio de aspectos estruturais a causa dos problemas verificados nas produções escritas dos alunos. Conforme enfatiza Bonini (2002), o problema está na inexistência, no trabalho escolar, de parâmetros que dêem significado à produção do aluno. <b>[[problema]]</b></i></p> <p><i>De acordo com Koch (1992), escrever “compreende, por parte do produtor de textos, um projeto de dizer, de uma determinada forma, num determinado contexto e em determinadas circunstâncias de interlocução, fazendo parte desse projeto a escolha do gênero no qual se efetivará o discurso”. Essa concepção se ratifica nas propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em que se destaca o papel dos gêneros discursivos, os quais, cada vez mais flexíveis no mundo moderno, nos dizem sobre a natureza social da língua (PCNEM, 1999: 43). <b>[[explicação]]</b></i></p> <p><i>Emerge, portanto, tanto dos trabalhos de pesquisa quanto dos documentos do MEC, uma proposta de superação de um ensino de caráter abstracionista, em que a língua é concebida como um sistema transcendente, no qual se apaga o papel do sujeito social agindo estrategicamente para consecução de seus objetivos. Preceitua-se, então, que a escola promova uma prática de ensino que propicie o desenvolvimento da competência discursiva, o que requer, entre outras providências, a elaboração de materiais didáticos compatíveis com essas diretrizes. <b>[[conclusão- avaliação]]</b> <b>[[dados]]</b> Um desses materiais, a que se atribui grande importância no cotidiano das escolas brasileiras, é o livro didático, o qual é, o mais das vezes, usado como guia no trabalho de ensino-aprendizagem. Não raro se torna, para docentes e alunos, a única fonte de informação e orientação, funcionando muitas vezes como portador de verdades consideradas inquestionáveis. (Coracini, 1999:34). <b>[[ancoragem]]</b> De acordo com Bezerra (2001), <b>[[aspectualização]]</b> essa importância do livro didático tem deslocado o professor do papel de principal interlocutor do aluno, rebaixando-o ao posto de porta-voz dos autores dos livros didáticos, seguindo-lhes fielmente as orientações. Por se revestir de tamanha importância no contexto didático, os manuais vêm se tornando alvo de estudos que visam a diagnosticar a forma como os conteúdos de área são tratados e que concepções dão base às</i></p>	1.1
-----	---	-----

	<i>orientações presentes nessas obras. [[propriedades]]</i>	
--	---	--

Diante destes dados, podemos concluir que a ocorrência da seqüência explicativa em seções de justificativa de projetos de dissertação está parcialmente condicionada à materialização da subunidade retórica 1.1, uma vez que em apenas uma oportunidade esta seqüência apareceu como inserida em um texto que não realizou esta subunidade. Podemos ainda dizer que a unidade retórica 1.1 se materializa preferencialmente na forma da seqüência explicativa, uma vez que em 70% das ocorrências desta subunidade, esta foi a seqüência que a materializou.

Também foi possível visualizar uma relação próxima entre a ocorrência da seqüência descritiva como inserida da argumentativa e a subunidade retórica 2.1- Resenhando trabalhos relacionados ao tema específico da pesquisa. Em todas as seções de justificativa de alunos do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFC (SJPD 01-10) encontramos a ocorrência da subunidade 2.1 e em apenas uma delas não foi encontrada a seqüência descritiva como inserida da argumentativa (SJPD 02). Já entre as seções de justificativa de alunos do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da UECE, a subunidade retórica 2.1 só foi encontrada em 4 textos, e, entre eles, 3 também possuíam a seqüência descritiva como subordinada da argumentativa. O exemplo 14 abaixo, retirado da SJPD 07 ilustra bem esta relação.

Ex. 14 – SJPD 07

	<p><i>Os estudos sobre argumentação que nortearão os pontos acima expressos [[tematização]] estão, assim, divididos entre os que consideram a argumentação na perspectiva dos dois planos: o pragmático e o composicional. Para a perspectiva do plano pragmático, [[partes]] consideraremos os estudos de Koch (1999, 1998) e Anscombe e Ducrot (1987), dentre outros; já para a argumentação na perspectiva do plano composicional [[partes]], tomaremos como base a tipologia de Adam (1992), mais especificamente o protótipo de seqüência argumentativa e o discutiremos com base na opinião de outros autores. [[propriedades]]</i></p> <p><i>Considerando-se a perspectiva do plano pragmático, [[tematização]] faremos referência aos estudos de Koch, que defendem que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, isto é, que os indivíduos ao interagir por meio da linguagem procuram incutir</i></p>	
Un2		2.1

aos enunciados determinada força argumentativa. Daí a autora afirmar que o ato de argumentar é o ato lingüístico fundamental. No jogo da comunicação, os locutores estão sempre visando a uma resposta verbal ou não-verbal da parte do(s) outro(s). Isso é o que Bakhtin (2000) denomina de atitude responsiva ativa da parte do outro, afinal, como afirma em outra obra, toda palavra é determinada pelo fato de que procede de alguém e se dirige a outro alguém, formando uma espécie de ponte cujas extremidades se apóiam em um “eu” e em um “tu/você”. (Bakhtin, 1986). *[[propriedades]]*

As idéias de Bakhtin ampliaram o campo da Lingüística. *[[tematização]]* Da concepção de linguagem como representação do mundo e do pensamento ou mesmo como instrumento de comunicação, passou-se a considerá-la como atividade, como lugar de interação que possibilita a seus usuários a prática dos mais diversos tipos de atos. Surge então, aos poucos, a Pragmática, isto é, uma lingüística voltada para o discurso “que se ocupa das manifestações lingüísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção.” (Koch, 1998: 11).

Esses estudos tanto priorizam o discurso como defendem a argumentação na língua; passam, então, a incorporar a enunciação ao estudo do enunciado, o que vem dar origem à Teoria de Enunciação, juntamente com a Teoria dos Atos de Fala, de Austin e Searle.

Vale ressaltar que, nos dias atuais, o discurso passou a ser objeto central de estudo de algumas tendências da lingüística moderna, como a Análise do Discurso e a Semântica Argumentativa. Todas essas teorias impulsionaram os estudos sobre a argumentação, *[[propriedades]]* principalmente a Semântica Argumentativa, *[[tematização]]* que postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua.

Segundo essas teorias, o discurso deve conter, implícitos ou explícitos, os elementos que levem a sua compreensão e obedecer às condições de progressão, o que se dá por meio das articulações argumentativas e da coerência. Esses recursos é que caracterizam a textualidade, ou seja, as relações que fazem com que um texto seja um texto (e não um amontoado de frases). A orientação argumentativa dos enunciados é, desse modo, o aspecto básico da coesão e coerência textuais, fatores que vão estabelecer conexões entre as intenções, idéias e unidades lingüísticas que compõem o texto. Portanto, conclui a autora, “a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso” (Koch, 1999: 23). Como se percebe, a perspectiva de argumentação evidenciada é a do plano pragmático. *[[propriedades]]*

Para caracterizar a organização argumentativa de qualquer texto *[[tematização]]*, a autora apresenta alguns elementos que se inscrevem no discurso através de marcas lingüísticas, tais como: os operadores argumentativos, os marcadores de pressuposição, *[[partes]]* os indicadores modais ou índices de modalidade, *[[partes]]* os indicadores atitudinais, *[[partes]]* os índices de avaliação e de domínio, *[[partes]]* os tempos verbais *[[partes]]* e os índices de polifonia. *[[partes]] [seq. descritiva inserida] [dados]*

Como se pode perceber no exemplo 14, a seqüência descritiva inserida inicia e termina exatamente no mesmo ponto em que se inicia e se finda a subunidade retórica 2.1.

No caso da seqüência descritiva, esta correspondência não é tão comum. Apenas nas SJPD 07 e 17 a seqüência descritiva se inicia e se finda exatamente na mesma porção textual que a subunidade retórica 2.1. Entretanto, em mais 10 exemplares temos a seguinte situação: a seqüência descritiva inserida ou não se inicia ou não acaba exatamente no mesmo ponto que a subunidade 2.1, mas a subunidade 2.1 é toda ela realizada através de

alguma porção textual que materializa a seqüência descritiva inserida da argumentativa, como no caso da SJPD 05 abaixo.

Ex. 15 – SJPD 05

Un2	<p><i>COSTA (2001) distingue sete tipos de trabalhos sobre Música Popular Brasileira: [[ancoragem]] historiografia, análises histórico-sócio-antropológicas, resenha jornalística, exegese literária, trabalhos de catalogação, análise semiótica e análise textual. [[partes]]O autor aponta apenas GUIMARÃES (1989) e NASCENTES (1999), como trabalhos que abordam o tema em questão a partir da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, [[aspectualização]] ou seja, que tratem a produção enquanto prática discursiva (MAINGUENEAU: 1997), abordando a canção e seu processo de produção e circulação, bem como a maneira como as comunidades discursivas envolvidas em tais processos interagem. [[propriedades]]</i></p> <p><i>Com a proposta de contribuir para a essa escassa produção, é que Costa, seguindo a linha da Análise do Discurso francesa desenvolvida por Dominique Maingueneau, faz um esboço de um perfil lingüístico-discursivo da produção brasileira. [[aspectualização]]O autor mostra a diversidade de posicionamentos no interior desta produção, organizando-os em movimentos estético-ideológicos (a Bossa Nova, a Canção de Protesto, o Tropicalismo), agrupamentos de caráter regional (os mineiros do Clube da Esquina, Pessoal do Ceará), agrupamentos em torno de temáticas (canção catíngueira, canção romântica), agrupamentos em torno de gênero musical (sambistas, forrozeiros) e, finalmente, agrupamentos em torno de valores relativos à tradição (a canção pop e a MPB). Em seguida, Costa discute o papel da música popular no Brasil, indagando se o discurso lítero-musical brasileiro não seria de caráter constituinte (MAINGUENEAU &amp; COSSUTA: 1995). Para tanto, o autor aborda questões como a formação de um archéion e a pretensão auto e heteroconstituente de tal discurso. Chega à conclusão de que se trata de um discurso que tem pretensões constituintes e que pode vir a se estabelecer como constituinte, dependendo das condições de sua evolução. (...)</i></p>	2.1
-----	--	-----

Acreditamos que esta correspondência total se dê mais raramente neste caso, justamente pelo fato de a seqüência descritiva ser não-linear, (cf. Seção 2.3.2) e aparecer mais frequentemente no gênero como um todo, o que, ainda assim, não invalida a relação bastante próxima entre ela e a subunidade 2.1.

Na unidade retórica 3 - Justificar uma nova pesquisa, possivelmente por seu caráter mais marcadamente argumentativo, não foi encontrada nenhuma correspondência mais próxima entre uma seqüência inserida e a realização de uma de suas subunidades. Ao contrário, percebemos uma tendência a não realização desta unidade retórica através de seqüências inseridas.





unidade retórica é a mais flexível da peça genérica em tela em relação à ordem. Quanto à ordem de suas subunidades, os dados de nosso corpus não foram suficientes para determinar uma preferência por uma ou outra posição delas no gênero textual estudado, devido a sua pequena quantidade.

## Conclusões da pesquisa

Nesta pesquisa, o propósito comunicativo se revelou o critério mais seguro para a identificação das unidades retóricas que compõem a peça genérica seção de justificativa de projetos de pesquisa, como propunha Swales (1990, p. 58), e acreditamos que o mesmo aconteça com outros gêneros do discurso. Outra questão levantada por Swales encontra eco em nossos resultados. Segundo Hemais & Biasi-Rodrigues (2005) um dos três motivos que levaram o citado autor a rever, no seu artigo com Askehave, (ASKEHAVE & SWALES, 2001) o status do propósito comunicativo como critério para a descrição dos gêneros foi o fato de que, embora os membros de uma comunidade discursiva tenham grande conhecimento sobre determinado gênero, eles podem não concordar sobre seu propósito, o que se confirmou através do questionário que aplicamos aos professores-orientadores dos programas de pós-graduação cujos projetos estavam sendo analisados.

Quanto às seqüências textuais, esta pesquisa comprovou que a seqüência argumentativa é, de fato, a seqüência dominante mais recorrente em projetos de dissertação.

Ficou claro ainda o descompasso que há entre a normatização e a realidade desta peça genérica, o que foi comprovado a partir dos manuais de metodologia científica, das normas disponíveis na internet e das orientações passadas pelos professores de programas de pós-graduação.

Imaginaríamos, a partir deste descompasso, uma heterogeneidade bastante significativa na maneira como os alunos de programas de pós-graduação organizam as informações na peça genérica seção de justificativa, entretanto, o corpus analisado revelou-se relativamente homogêneo, inclusive com unidades retóricas mais recorrentes que as encontradas em resumos acadêmicos (cf. OLIVEIRA et al., 2001; BIASI-RODRIGUES

1998; MOTTA-ROTH, 1996 e SANTOS, 1995), o que aponta para a conclusão de que mesmo que os membros de uma comunidade discursiva possuam entendimentos e opiniões diferentes a respeito do propósito comunicativo de um gênero textual, ele (o propósito do gênero) se mantém como uma pista segura e indispensável para a classificação das unidades retóricas que compõem um gênero textual (ou peça genérica, no nosso caso).

Esta análise de seções de justificativa de projetos de pesquisa é uma prova disso. Para constatar, basta comparar as respostas que os professores orientadores deram à questão 7 do questionário que apresentamos no capítulo 1 desta dissertação com o padrão de organização retórica que encontramos nesta peça genérica. Nas respostas ao questionário, alguns professores responderam que o papel da seção de justificativa era o de convencer o leitor acerca da relevância do estudo proposto e outros disseram que este papel era (apenas) o de demonstrar esta relevância, o que poderia indicar um procedimento com um menor grau de argumentatividade. Apesar desta “opinião” de alguns professores acerca do propósito marcadamente argumentativo ou não da seção de justificativa, não encontramos em nosso *corpus* nenhum exemplar de seção de justificativa que não tenha tido a seqüência argumentativa como dominante.

Haja vista que as unidades retóricas 1 e 2 se realizaram em 80% dos textos analisados, e que a unidade 3 se realizou em 95% deles, cabe concluir que as unidades retóricas 1- estabelecer um território geral, 2 - estabelecer um território específico e 3 - justificar uma nova pesquisa são movimentos constantes na construção de seções de justificativa de projetos de pesquisa, ao contrário do que ocorre em outros gêneros, como o resumo, em que os movimentos (ou unidades retóricas, cf. BIASI-RODRIGUES, 1998 e OLIVEIRA et al., 2001) são opcionais, não sendo recorrente a realização de todos eles em um mesmo exemplar.

A maior heterogeneidade das seções de justificativa de projetos de dissertação reside nas estratégias adotadas por seus autores (subunidades) para atingir seu propósito comunicativo, pois mesmo a ordem das unidades retóricas, no caso da peça genérica em tela, revelou uma significativa homogeneidade, bem diferente daquilo que havíamos encontrado em nossos trabalhos anteriores com resumos acadêmicos (OLIVEIRA et al. 2001; JUCÁ & BIASI-RODRIGUES, 2004a e 2004b). A unidade retórica 1 apareceu na primeira posição em 75% dos textos analisados, a unidade retórica 2 se realizou no meio dos textos analisados (nem iniciou, nem terminou a seção de justificativa) em 90% dos textos, enquanto que 85% das seções de justificativa analisadas realizaram a unidade retórica 3 em sua última posição.

As principais semelhanças encontradas entre a condução das informações em seções de justificativa de dissertações e o padrão de organização retórica de seções de introdução de artigos de pesquisa descrito por Swales (1990) foi encontrada na Unidade retórica 3 – estabelecer um território geral, que possui propósito bastante semelhante ao do movimento 1 – estabelecer o território, do modelo CARS de Swales. Além disso, os propósitos do movimento 2 – estabelecer um nicho e do movimento 3 – ocupar o nicho, descritos pelo autor no modelo CARS parecem se juntar na Unidade retórica 3 – justificar uma nova pesquisa, do padrão de organização de seções de justificativa. O segundo movimento do CARS assemelha-se à subunidade 3.1 – apontando lacunas na área, e o terceiro, à subunidade 3.2 – alegando a relevância da pesquisa.

Em relação às seqüências textuais em que as seções de justificativa estavam organizadas, obtivemos o resultado esperado. Tal como havíamos previsto em nossas hipóteses, encontramos a seqüência argumentativa como inserinte em todos os textos analisados. Entretanto, em relação às seqüências inseridas, encontramos vários dados interessantes. Chamou-nos a atenção a recorrência da seqüência descritiva inserida,

funcionando como macroproposição dados da seqüência argumentativa. Parece-nos inclusive que o aparecimento desta seqüência como inserida na argumentativa não é privilégio do gênero ora analisado, mas é uma característica da própria seqüência argumentativa, o que só se poderia afirmar com base em uma investigação científica, investigação esta que sugerimos aos leitores desta dissertação interessados em pesquisar este assunto.

Além disso, acreditamos que as seqüências que aparecem como inseridas na argumentativa em seções de justificativa de projetos de dissertação são determinadas pelas características da própria peça genérica. A seqüência narrativa, por exemplo, que é comum em textos argumentativos funcionando como dados em que a tese se ancora, não ocorreu em nenhuma das seções de justificativa analisadas, a nosso ver, por conta de uma restrição imposta pela própria peça genérica.

Outra característica seqüencial que acreditamos estar relacionada diretamente à peça genérica seção de justificativa de projeto de dissertação é a macroproposição conclusão/nova-tese implícita. Pudemos constatar que havia uma proposição do tipo “portanto esta pesquisa possui relevância científica” implícita em todas as seções de justificativa analisadas, cumprindo um papel de conclusão/nova-tese inerente à própria peça genérica que aqui estudamos.

Também supúnhamos em nossas hipóteses que a realização da seqüência argumentativa em seções de justificativa de projetos de dissertação fosse vista pelos membros da comunidade discursiva acadêmica como um elemento formal que as estabilizava, porém, as respostas que recebemos dos especialistas consultados (cf. capítulo 1) não endossaram esta afirmativa. Em resposta ao quinto item de nosso questionário, apenas 3 professores consideraram que o tipo de texto mais adequado a uma seção de justificativa era o argumentativo, enquanto 4 consideraram não haver um tipo de texto mais

adequado para a realização desta peça genérica, 1 afirmou que o tipo de texto não influencia a qualidade de uma seção de justificativa e mais 1 chegou a afirmar que a seqüência que deve realizar uma seção de justificativa de dissertação é a expositiva.

Nosso objetivo central nesta pesquisa foi o de descrever a distribuição prototípica das informações e a arquitetura argumentativa de seções de justificativa de projetos de dissertação da área de Lingüística, o que acreditamos ter alcançado. É evidente que fica uma lacuna no que diz respeito à quantidade de dados sobre a qual nos debruçamos, mas esta dissertação oferece uma primeira análise das seções de justificativa de projetos de dissertações na área da Lingüística em programas de pós-graduação no Estado do Ceará e não uma verdade incontestável, além de deixar preparada uma metodologia de trabalho que pode e deve ser testada por outros pesquisadores.

As especificidades na definição de nosso objeto são enfatizadas para mostrar também que mais alguns estudos poderão ser motivados por este que ora se encerra. Em primeiro lugar, outras pesquisas que estudem a mesma comunidade discursiva, a partir do mesmo ponto de vista aqui adotado, terão relevância ao testar o modelo que aqui propomos aplicando-o a um corpus mais representativo. Em segundo lugar, esta pesquisa abre a perspectiva de estudar as outras peças genéricas que compõem o gênero projeto de pesquisa, tais como os objetivos, a fundamentação teórica e principalmente a metodologia, por ser esta seção que, ao contrário do que supúnhamos, mais diretamente influencia a avaliação da maioria dos professores-orientadores consultados através do nosso questionário. Em terceiro lugar, apontamos para a possibilidade da realização de pesquisas sobre a organização textual-argumentativa de seções de justificativa de projetos de dissertações de outras áreas que não a Lingüística, ou seja, que comparem a organização aqui encontrada com a organização desta mesma peça genérica em outras áreas. Além disso, esta é a primeira pesquisa de que temos notícia que investigou um gênero acadêmico

levando em conta sua organização retórica relacionada a sua organização sequencial e revelou que este caminho de análise é viável, o que constitui relevante contribuição acadêmico-científica dentro da área de Análise de Gêneros.

## Referências

ADAM, J.-M., Types de séquences textuelles élémentaires, **Pratiques**, n°56, pp.54-79. 1987.

\_\_\_\_\_. **Les textes: types et prototypes**. Paris: Naham, 1992.

ARANHA, S. **A argumentação nas introduções de trabalhos científicos da área de Química**. 1996. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

ARAÚJO, A. D. **Lexical signalling: a study of unspecific-nouns in book reviews**. 1996. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ASKEHAVE, I. & SWALES, J. M. Genre identification and communicative propose: a problem and a possible solution. **Applied Linguistics**, v.22, n.2, p. 195-212, 2001

AUSTIN, J.L. [1962] **How to do things with words**. Cambridge, Mass.: Havard University Press, 1975.

BAKHTIN, M. [1929] **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. [1953] **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERNARDINO, Cibele G. **Depoimento de alcoólicos anônimos: um estudo do gênero textual**. 2000. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BEZERRA, B. G. **A distribuição das informações em resenhas acadêmicas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BHATIA, V. K. **Analysing Genre: language use in professional settings**. London: Longman, 1993.

\_\_\_\_\_. Genre analysis today. In: **Revue belge de philologie et d'histoire belgisch tijdschrift voor filologie en geschiedenis**. Bruxelas, s. ed., 1997.

BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

\_\_\_\_\_. Aspectos cognitivos e retóricos da produção de resumos. In: CABRAL, L.G. e MORAIS, J. (orgs.) **Investigando a linguagem**. Florianópolis: Mulheres, 1999a. p. 245-258.

\_\_\_\_\_. A escrita de resumos acadêmicos: evidências de uma realidade. In: MOURA, Denilda (org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: EDUFAL, 1999b. p. 205-209.

\_\_\_\_\_. Organização retórica de resumos de dissertações. **Revista do GELNE**, Fortaleza, 1999c, p. 31-37.

BONINI, A. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. IN: **Gêneros: teorias, métodos, debates** J. L. Meurer | Adair Bonini | Désirée Motta-Roth (orgs.) São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. Reflexões em torno de um conceito psicolinguístico de tipo de texto. **D.E.L.T.A.**, v.15, n.2, p. 301-318, 1999.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais IN: **Gêneros: teorias, métodos, debates** J. L. Meurer | Adair Bonini | Désirée Motta-Roth (orgs.) São Paulo: Parábola, 2005.

DIJK, T. A. **La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario**. Barcelona/Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1978.

DUDLEY-EVANS, T. Genre Analysis: an investigation of the introduction and discussion sections of MSc. dissertations. In: COULTHARD, M. (org.). **Talking about text: ERL Discourse Analysis Monograph**. Birmingham, 13:128-145, 1986.

FREEDMAN, A, e MEDWAY, P. Locating genres studies: antecedents and prospects. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Genre and the new rethoric**. London: Taylor & Francis, 1994. p. 1-20.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HENDGES, G.R. **Novos contextos, novos gêneros: a seção de revisão da literatura em artigos acadêmicos eletrônicos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/ RS.

JUCÁ, D. C. N.; BIASI-RODRIGUES, B. Análise de mecanismos retóricos em resumos acadêmicos e em seções de introduções. In: CAVALCANTE, M.; BRITO, M. (orgs.) **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza, Protexoto – UFC, 2004a. CD-Rom. ISBN: 85-904864-1-9

\_\_\_\_\_. Resumos acadêmicos e seções de introdução: diferenças quanto à forma e à função. In: CAVALCANTE, M.; BRITO, M. (orgs.) **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza, Protexoto – UFC, 2004b. CD-Rom. ISBN: 85-904864-1-9

KAY, H. e DUDLEY-EVANS, T. Genre: what teachers think. **ELT Journal**, v. 52, n.4, p. 308-314, 1998.

LAKATOS, E.M e MARCONE, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

MACHADO, A. R. A organização seqüencial da resenha crítica. **The specialist**, v. 17 n.2, p. 133-149, 1996.

- MEURER, J. L. Introdução a artigos acadêmicos de pesquisadores brasileiros: aspectos da sua textualização. In: CELSUL, 1, 1997. **Anais...** v. 2, p. 758-68.
- MILLER, C.R. Genre as a social action In: FREEDMAN, A, e MEDWAY, P. (org.) **Genre and the new rethoric**. London: Taylor & Francis, 1994. p. 23-42.
- MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics**. 1995. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MOTTA-ROTH, D. e HENDGES, G. R. Uma análise de gênero de resumos acadêmicos [abstracts] em economia, lingüística e química. **Revista do Centro de Artes e Letras Santa Maria: UFSM**, n. 18, p. 53-90, 1996.
- OLIVEIRA, F. T. C. de; JUCÁ, Damião C. N; MATSUOKA, S. G. BIASI-RODRIGUES, B. Identificação e classificação de gêneros acadêmicos. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2001. **Anais ...** Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2001, p. 674-676.
- ROSCH, E. Principles of categorization. In: \_\_\_\_\_, LLOYD, B. (eds.) **Cognition and categorization**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978.
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SANTOS, M. B. **Academic abstracts: a genre analysis**. 1995. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SOUSA, S. C. T. de. **Estudo da organização textual argumentativa em editoriais de jornais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- SPECTOR, N. **Manual para redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.
- SWALES, J. M. and NAJJAR, H. **The Writing of Research Article Introductions**. *Written Communication*, 4(2), 172-191. 1987.
- SWALES, J. M. **Aspects of article introductions**. Aston ESP Research Reports Nº.1. Language Studies Unit. The University of Aston, 1981.
- \_\_\_\_\_. Thoughts on, in and outside the ESP classroom. In: **The ESP classroom**, ed. G. James. Exeter: Exeter Linguistic Studies. 1984
- \_\_\_\_\_. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. **“Repensando gêneros: uma nova abordagem aos efeitos da comunidade discursiva”**. Comunicação apresentada no “Re-thinking genre colloquim”, realizado na Universidade de Carleton, Ottawa, em abril de 1992 (Texto não publicado).

\_\_\_\_\_. **Other Floors, Other Voices: a Textography of a Small University Building.** Mahwah, N. J: Lawrence Erlbaum, 1998.

WERLICH, E. **A text grammar of English.** Heidelberg: Quelle und Meyer, 1983.